INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Memória da Transição Democrática: A celebração do 25 de Novembro nas vozes dos partidos e cidadãos portugueses

Catarina Sequeira Lavrador

Mestrado em Ciência Política

Orientadora:
Professora Doutora Filipa Raimundo, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Memória da Transição Democrática: A celebração do 25 de Novembro nas vozes dos partidos e cidadãos portugueses

Catarina Sequeira Lavrador

Mestrado em Ciência Política

Orientadora:
Professora Doutora Filipa Raimundo, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025

Agradecimentos

Elaborar uma dissertação é um processo exigente, complexo e, por vezes, profundamente solitário. Há momentos em que o cansaço domina e o fim parece distante. Talvez tivesse sido impossível chegar aqui sem o amor, a compreensão e o apoio que me acompanharam ao longo deste caminho.

À minha mãe, o meu maior agradecimento. Obrigada por lutares por mim e por nós, por cada sacrifício silencioso. Tudo o que sou tem um pouco de ti, e tudo o que alcanço é também teu. Seremos sempre nós, eu e tu, juntas, sempre.

À minha família, pelo carinho e pela presença constante. Aos meus tios, pela generosidade e afeto que sempre me deram. Às minhas tias, que também elas, tantos anos depois, começaram a descobrir a sua liberdade e identidade, e de quem tanto me orgulho. Ao meu tio Rúben e à minha tia Raquel, por serem uma certeza de apoio incondicional, uma presença firme em todos os momentos. Ao Rui, por toda a ajuda discreta, sempre presente, fazendo muito mais do que era esperado.

Ao meu avô. Que orgulho ser tua neta. Orgulho nas semelhanças que nos unem, até nas resmunguices que nos denunciam. Obrigada por me apoiares sempre, por me amares tanto e por me fazeres sentir especial apenas por ser tua neta.

Ao meu Simão, que um dia, quando fores grande, possas ler estas palavras e sentir orgulho da tua madrinha, tanto quanto eu já me orgulho de ti.

Ao Vasco, obrigada por me mostrares que o amor verdadeiro se encontra também na paciência dos gestos e nos silêncios. Contigo aprendi que o amor não precisa de pressa, nem de promessas, apenas de presença. És, sem dúvida, uma das formas mais bonitas que o amor pode ter.

Há quem diga que é uma sorte encontrar uma pessoa na vida que nos permita ser quem realmente somos. Eu sou a maior das sortudas, porque encontrei cinco. Raquel, Magui, Tita, Renata e Cajó, obrigada por serem o meu refúgio.

Aos meus colegas de trabalho, que são muito mais do que isso, Joana, Mariana, Bruna e Cláudia, obrigada por tornarem os dias mais leves e por fazerem deste caminho um lugar mais feliz. A surpresa mais bonita que o mundo do trabalho me trouxe. À Joana Figueiredo, um furacão de conhecimento e um exemplo de humanidade. Que privilégio ter sido acompanhada por ti.

Aos meus colegas da faculdade, Marta, Madalena e Sérgio, obrigada por ouvirem cada desabafo e partilharem cada conquista. Vejo em vocês futuros brilhantes e desejo-vos o maior sucesso.

A ti, Papá, nesse mundo distante por onde andas, espero que estejas orgulhoso da tua menina. A distância que nos separa nunca será maior do que o amor que nos une. Sei que estiveste comigo em cada passo.

Por fim, agradecer o acompanhamento, conhecimento e ajuda, da minha orientadora Professora Filipa Raimundo. Agradecer ainda à Professora Ana Rezende Matias, pelo carinho que sempre entregou aos seus alunos.

Resumo

A institucionalização da celebração do 25 de Novembro de 1975 em 2024, mais de meio século após o início da transição democrática, reabriu uma complexa arena de disputa simbólica na política portuguesa. O presente estudo explora como a memória do 25 de Novembro é estruturada e mobilizada pelos partidos políticos, particularmente após a reconfiguração do sistema partidário com a emergência de novas forças à direita em 2019. Avalia, simultaneamente, o alinhamento entre as narrativas partidárias e as perceções dos cidadãos portugueses sobre a celebração oficial desta data. A análise dos discursos partidários revela uma polarização acentuada entre os partidos, com a direita a investir na valorização da data e a esquerda a rejeitá-la, embora o comportamento de partidos centrais revele nuances e adaptações face a este novo contexto comemorativo. Contudo, a análise das perceções dos cidadãos portugueses, com base em dados de opinião pública, desvenda um notável desalinhamento entre as elites políticas e o eleitorado. A maioria dos cidadãos, independentemente do seu posicionamento ideológico, defende uma visão conciliadora, advogando a celebração conjunta do 25 de Abril e do 25 de Novembro. O estudo sugere que a sociedade portuguesa adota uma leitura mais integradora da memória democrática do que os seus representantes, indicando que as comemorações públicas funcionam como um espaço de reinterpretação coletiva que transcende a mera disputa ideológica partidária.

Palavras-chave: Memória Política, 25 de Novembro, 25 de Abril, Transição Democrática, Partidos Políticos, Opinião Pública, Portugal, Competição Partidária, Comemorações

Abstract

The institutionalization of the celebration of 25 of November 1975 in 2024, more than half a century after the beginning of the democratic transition, has reopened a complex arena of symbolic dispute in Portuguese politics. This study explores how the memory of 25 of November is structured and mobilized by political parties, particularly after the reconfiguration of the party system with the emergence of new forces on the right in 2019. It simultaneously assesses the alignment between party narratives and Portuguese citizens' perceptions of the official celebration of this date. Analysis of party discourse reveals a marked polarization between parties, with the right investing in the valorization of the date and the left rejecting it, although the behavior of centrist parties reveals nuances and adaptations in the face of this new commemorative context. However, analysis of Portuguese citizens' perceptions, based on public opinion data, reveals a notable misalignment between political elites and the electorate. The majority of citizens, regardless of their ideological position, advocate a conciliatory view, advocating the joint celebration of 25 of April and 25 of November. The study suggests that Portuguese society adopts a more integrative reading of democratic memory than its representatives, indicating that public commemorations function as a space for collective reinterpretation that transcends mere party ideological disputes.

Keywords: Political Memory, 25 of November, 25 of April, Democratic Transition, Political Parties, Public Opinion, Portugal, Party Competition, Commemorations

Índice

INTRODUÇÃO **1**

ENQUADRAMENTO TEÓRICO **3**

A Revolução de Abril e o PREC 5

O 25 de Novembro e o seu significado 6

Duas memórias da transição portuguesa *9*

CAPÍTULO METODOLÓGICO **13**

ANÁLISE **18**

Os partidos, o 25 de Novembro e as comemorações 18

O Panorama Geral e a Reconfiguração da Memória *29*

Os cidadãos e as comemorações 31

CONCLUSÃO **34**

BIBLIOGRAFIA E FONTES **37**

ANEXOS **42**

Introdução

> "Algo de muito extraordinário deve ter acontecido para que o CDS-PP, cinquenta anos passados sobre o 25 de Abril de 1974, se tenha lembrado de propor à Assembleia da República que realize sessões plenárias para assinalar os aniversários do 25 de Novembro de 1975 a partir do 49.º." (António Filipe, deputado do PCP, 2024)

A introdução do 25 de Novembro de 1975 como nova celebração nacional em 2024 constitui um caso particularmente relevante para analisar a relação entre memória política e competição partidária na democracia portuguesa. A institucionalização desta data, quase meio século após a queda do regime autoritário, reabriu debates sobre o significado da transição democrática e revelou as clivagens ideológicas persistentes no sistema político. Até 2024, a única data consensualmente celebrada anualmente no parlamento todos os anos com a presença das mais altas figuras do Estado e dos partidos com representação parlamentar era a o dia 25 de Abril de 1974.

A proposta de celebrar uma data controversa partiu do partido CDS– Partido Popular (CDS-PP), que, após dois anos de ausência parlamentar, pela primeira vez na sua história, regressou em 2024, à Assembleia da República com apenas dois deputados e procurou reafirmar a sua identidade política através da valorização de um marco que historicamente reivindicou como seu. A iniciativa gerou ampla controvérsia e uma votação claramente polarizada: os partidos à direita votaram favoravelmente, enquanto os partidos à esquerda se opuseram. Apenas um partido, que habitualmente recusa posicionar-se no espetro esquerda-direita, optou pela abstenção. O debate, amplamente mediatizado e politizado, expôs o potencial das datas comemorativas como arenas de disputa simbólica e identitária entre partidos.

De acordo com estudos anteriores, o 25 de Novembro sempre dividiu os partidos com representação parlamentar desde 1976 (Raimundo e Dias, 2020). Embora se identificasse uma clivagem esquerda-direita, os dois principais partidos, Partido Socialista (PS) e o Partido Social Democrata (PSD) que ocuparam sempre mais de metade do hemiciclo, evitavam agir como agentes mnemónicos desta data, preferindo o consenso do 25 de Abril. A partir de 2019, novos partidos entraram no parlamento e consolidaram o seu lugar. Neste contexto, a presente dissertação analisa a introdução do 25 de Novembro como celebração oficial da democracia portuguesa, interpretando-a à luz do processo de adaptação do sistema partidário às mudanças políticas e sociais da última

década. Parte-se da premissa de que atos simbólicos e comemorações oficiais funcionam como instrumentos estratégicos através dos quais os partidos procuram posicionar-se perante o seu eleitorado e reforçar a sua legitimidade política.

A questão de investigação que orientou esta dissertação teve duas ramificações: em primeiro lugar, saber como se estruturam as visões dos partidos políticos portugueses sobre o 25 de Novembro desde a entrada dos novos partidos de direita no parlamento em 2019? Em segundo lugar, no que respeita às comemorações oficiais desta data, explorar em que medida estão os partidos políticos alinhados com as perceções do seu eleitorado.

A pesquisa partiu da hipótese de que o posicionamento dos partidos e dos cidadãos relativamente ao 25 de Novembro reflete, mas não se limita, à tradicional clivagem esquerda–direita e que isso teria sofrido uma ligeira alteração nos últimos anos. Esperava-se que os partidos de centro, PS e PSD, tivessem tentado manter uma postura moderada e não mnemónica, evitando transformar a data num marcador identitário, ao contrário dos partidos situados nas margens do sistema partidário. No entanto, quanto à questão relacionada com as comemorações que se iniciaram a 25 de Novembro em 2024 esperava-se que tivesse havido um novo equilíbrio, aproximando o PS e o PSD das respetivas margens ideológicas.

Para testar estas expectativas, definiram-se dois objetivos principais: (1) identificar as principais semelhanças e diferenças entre as narrativas construídas pelos partidos políticos sobre o 25 de Novembro e (2) avaliar o alinhamento entre essas narrativas e as perceções do eleitorado quanto à concordância em celebrar oficialmente esta data.

Para concretizar estes objetivos, recorreu-se a dois tipos de dados complementares. Em primeiro lugar, realizou-se uma análise qualitativa dos discursos proferidos em celebrações solenes, tanto nas cerimónias do 25 de Abril como na sessão solene do 25 de Novembro de 2024, bem como das intervenções em debates parlamentares, declarações públicas dos partidos fora da esfera parlamentar, iniciativas apresentadas e mobilizações relacionadas com a data. Em segundo lugar, analisou-se a perspetiva dos cidadãos a partir da sondagem realizada pelo ICS/ISCTE em 2024, intitulada *"Os Portugueses e o 25 de Abril"*, que inclui perguntas sobre ambas as datas e permite captar perceções sobre o valor simbólico do 25 de Novembro na sociedade portuguesa.

Numa primeira fase, analisou-se o posicionamento dos partidos políticos relativamente à celebração do 25 de Novembro. Constatou-se que há discrepâncias entre

o posicionamento dos partidos em relação à data e a forma como estes se posicionam face à sua celebração. Com base na análise realizada foi possível concluir que a clivagem esquerda-direita reflete um posicionamento claro relativamente à celebração, com a direita partidária a investir na celebração do 25 de Novembro e a esquerda a rejeitar esta mobilização.

A comparação entre os discursos dos partidos e as atitudes dos cidadãos portugueses, permitiu demonstrar que o alinhamento esperado entre os partidos e os cidadãos, particularmente no que diz respeito às bandeiras ideológicas tradicionais da esquerda e da direita, não se revelou tão marcado como era antecipado. Na verdade, a celebração das duas datas centrais da transição portuguesa para a democracia, 25 de Abril e 25 de Novembro, surge como a posição claramente maioritária entre os cidadãos, independentemente do seu posicionamento ideológico, ao contrário do que sucedeu a nível partidário.

Enquadramento Teórico

O início e o fim de regimes marcam invariavelmente processos intensos de redefinição política e simbólica. Estes momentos envolvem não apenas a reorganização das linhas orientadoras do novo regime, mas também um esforço de reflexão sobre o passado e sobre o que dele deve ser mobilizado para o futuro. O século XX foi um período de profundas oscilações, caracterizado tanto pela expansão de ideias e práticas democráticas, quanto por períodos de instabilidade, com ondas democráticas frequentemente seguidas por retrocessos. Já este século assistiu à emergência de regimes totalitários, autoritários e fascistas, tornando-se também palco de catástrofes humanas de caráter étnico, ideológico e religioso. Foi, desta forma, um século de onde emergiram interrogações em várias sociedades sobre como deveriam reconciliar-se com o seu passado (Huntington, 1991). Desta forma estes processos de redefinição mostraram ainda que o sucesso de uma transição depende sempre das condições específicas em que esta ocorre, podendo resultar na consolidação de um novo regime ou no retrocesso ao anterior (Fernandes, 2015).

A literatura sobre a queda dos regimes autoritários tem privilegiado a análise das suas características institucionais e das condições estruturais das transições, destacando o modo como estas moldam a configuração dos novos regimes democráticos e influenciam as suas dinâmicas políticas. Um campo menos explorado, contudo, é o da memória

política— a forma como o passado autoritário é lembrado, debatido e instrumentalizado como recurso de legitimação no presente.

Diversos autores sublinham a importância da reconciliação com o passado autoritário, entendendo-a não apenas como um gesto simbólico, mas como um processo de construção de uma memória coletiva que cumpre funções de coesão social, responsabilização e aprendizagem democrática (Meyer, 2008; Langenohl, 2008; Araújo & Pinto, 2017; Colombo, 2025). A rutura e rejeição do passado autoritário permitem ao novo regime distanciar-se do anterior e reforçar a sua atratividade, ao mesmo tempo que consolida a estigmatização do legado ditatorial para evitar a sua repetição.

Na chamada terceira vaga de democratizações, da qual a Revolução Portuguesa de 1974 é o ponto inaugural, a memória assumiu um papel particularmente visível na consolidação democrática. Desta forma, a memória coletiva, que era entendida como um sistema de crenças e construção de identidades em torno do passado, passa a adquirir um papel ativo na projeção do futuro (Araújo e Pinto, 2017; Colombo, 2025). Neste período, tornou-se uma ferramenta social de transmissão de conhecimento e de rutura com o passado (Teles, 2007; Langenohl, 2008). Como mostram Bernhard e Kubik (2014), Araújo (2017) e Raimundo & Dias (2020), a mobilização política da memória é um ato profundamente politizado: os partidos recorrem à mesma para se posicionarem, criarem narrativas e assumirem bandeiras identitárias face ao legado do país. Estes objetivos permitem reforçar a legitimidade democrática, consolidar o poder simbólico acumulado e posicionar-se perante o eleitorado, com base em narrativas sobre a transição e consolidação democrática.

A valorização das iniciativas não legislativas (discursos parlamentares, interpelações, moções ou declarações públicas) tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante na ação política dos partidos políticos (Storm, 1990). Apesar da valorização de iniciativas que assumem um carácter simbólico, a instrumentalização da memória não se verifica de forma uniforme. A importância conferida ao passado está associada ao papel desempenhado pelos partidos durante o regime anterior e o processo de transição, à sua renovação ou continuidade interna ao nível das elites e às caraterísticas sociológicas do seu eleitorado.

O caso português ilustra esta lógica. As características singulares da transição para a democracia em Portugal deixaram marcas duradouras na organização e na competição política (Gunther e Cabral, 2002; Cancela & Magalhães, 2020). A dinâmica

revolucionária que ocorreu entre 1974 e 1975 produziu uma forte fragmentação e incerteza quanto ao rumo do regime que se encontrava na sua fase embrionária.

A Revolução de Abril e o PREC

A 25 de Abril de 1974, um grupo de jovens capitães protagonizou um golpe de Estado que, em menos de 24 horas, pôs fim a 48 anos de ditadura. A razão imediata para a ação levada a cabo pelos capitães contra o regime de Salazar, surtia do desejo de terminar com a guerra colonial, iniciada em 1961, mas também motivada pelo contexto relacionado com questões laborais e um decreto que prejudicava a capacidade de progressão na carreira dos militares.

Este acontecimento, que assinala o início da transição democrática, marcou simultaneamente o arranque de um período de revolução e crise que se prolongou por dois anos (Cerezales, 2003; Pinto & Paris, 2023). Este período ficou conhecido como o Processo Revolucionário em Curso (PREC), um termo que permaneceu na memória coletiva e no imaginário das gerações que viveram o período.

Este foi um período foi marcado por intensa mobilização social, greves e comissões de base, que revitalizaram a sociedade civil, mas também acentuaram a radicalização política (Cerezales, 2003; Pinto, 2008). As iniciativas de rutura simbólica com o passado autoritário começaram logo após abril de 1974, manifestando-se através de processos de saneamento com diferentes direções, que visavam remover da esfera política os membros mais visíveis da elite associada à ditadura, incluindo alguns oficiais militares (Pinto, 2008).

Foi neste contexto que se formaram, ainda em 1974, os partidos que viriam a representar a direita e o centro-direita no espectro democrático: o Centro Democrático Social (CDS-PP), que representa a direita conservadora, e o Partido Popular Democrático (PPD), que representa o centro-direita de matriz social-democrata (Bruneau & Macleod, 1986). O CDS-PP, embora integrando setores com valores autoritários conservadores, esteve à beira da ilegalização (Pinto, 2008), até às primeiras eleições para a Assembleia Constituinte, realizadas a 25 de Abril de 1975. Já o Partido Social Democrata, fundado em 1974 sob a denominação de Partido Popular Democrático, é um dos partidos participantes da transição democrática portuguesa, com mais de 50 anos de história que o posicionam como uma força central na construção do regime democrático.

O ano de 1975 foi particularmente turbulento, destacando-se pelo chamado "Verão Quente", uma conjuntura crítica no contexto da crise revolucionária (Pinto & Paris, 2023).

As mobilizações populares continuavam a crescer, contribuindo para a intensificação dos conflitos. Após um golpe de direita falhado em 11 de março de 1975, seguiu-se uma radicalização à esquerda que resultou na nacionalização de setores estratégicos da economia e na coletivização de explorações agrícolas no sul do país.

Um dos partidos que protagonizou este período foi o Partido Comunista Português (PCP), o partido mais antigo do sistema partidário português, fundando em 1921, na linha marxista-leninista ortodoxa. O PCP desempenhou um papel preponderante como força de oposição à ditadura do Estado Novo (Freire, 2021). Assumiu uma posição de relevância no PREC, alavancando da direita a narrativa de que se estaria perante o início de uma ditadura comunista. Neste período, o PCP, em conjugação com a extrema-esquerda, encontrava-se no seio da esfera político-militar e era um dos motivadores da revolução social que se fazia sentir. Juntamente com os movimentos de massas, desempenharam um de protagonistas neste processo (Cerezales, 2003).

A crise do Estado intensificava-se com a queda do General António de Spínola, a viragem à esquerda do MFA e a sucessiva implementação de reformas agrárias e nacionalizações de grandes grupos económicos, que se tornaram simultaneamente símbolos e motores de intensos movimentos sociais (Pinto, 2008). Com a instabilidade que se fazia sentir, começavam a surgir dúvidas de qual seria o desfecho da transição portuguesa.

O 25 de Novembro e o seu significado

A instabilidade e radicalização políticas culminaram no 25 de Novembro de 1975, quando oficiais moderados do MFA, liderados por António Ramalho Eanes, organizaram um contragolpe que derrotou os militares do COPCON. Esse momento marcou o afastamento da extrema-esquerda da esfera pública, como dos meios de comunicação e do seio militar, a estabilização institucional e o fim do período revolucionário (Cerezales, 2003; Pinto & Paris, 2023; Raimundo, 2023). O 25 de Novembro passou, assim, a simbolizar o restabelecimento do equilíbrio político e o início efetivo da democracia liberal portuguesa.

Durante este processo, partidos de diferentes tradições ideológicas – o Partido Socialista (PS), principal partido de centro-esquerda fundado em 1973 e de matriz antifascista e social-democrata, o PPD/PSD e o CDS-PP – convergiram na defesa de um modelo democrático pluralista, atenuando clivagens que noutros contextos teriam sido mais profundas (Cancela & Magalhães, 2020). Nos anos seguintes, o voto continuou a

refletir essa distinção entre projetos de democracia liberal e socialista, embora a partir dos anos 1980 o eleitorado tenha deixado de se orientar predominantemente por essa clivagem (Jalali, 2004). Ainda assim, a transição portuguesa continuou a marcar a cultura política e a estrutura de competição partidária (Cancela & Magalhães, 2020).

Na esquerda, a cisão manteve-se durante décadas, até à reconfiguração simbólica introduzida pela chamada "geringonça" em 2015, que aproximou o PS dos partidos à sua esquerda, o PCP e o Bloco de Esquerda (BE), um partido de esquerda-radical que surgiu da fusão de três correntes políticas com raízes na luta antifascista (Freire, 2015; Lobo, 2016). Este alinhamento à esquerda permitiria a viabilização parlamentar de um governo minoritário do PS, que governaria durante toda a XIII Legislatura.

O PCP e o PS são os únicos partidos de esquerda que constituem o panorama partidário atual e que existiam à data do 25 de Abril, o que torna o seu posicionamento sobre estas matérias mais interessante de analisar, uma vez que se espera que carreguem uma maior carga histórica. A falta de entendimento entre estes partidos ficou a dever-se, principalmente aos diferentes tipos de democracia que procuravam implementar no período da transição para a democracia. Do PS verificava-se a procura por um modelo de democracia liberal representativa, ao estilo ocidental. Já do lado do PCP, um modelo de democracia popular que se alinhava com o estilo soviético (Freire, 2021).

O cisma entre as esquerdas portuguesas estrutura-se sobretudo a partir de 11 de março de 1975 e agrava-se com o "Verão Quente", que tem o seu desenlace no 25 de Novembro de 1975, consolidando-se nas primeiras eleições legislativas, de 1976, após a aprovação da Constituição da República Portuguesa (Freire, 2021). O facto de o PCP ser um dos partidos comunistas mais ortodoxos da Europa Ocidental, e o peso que esta força política detinha neste período, quer em termos eleitorais, como em matéria organizacional, quer junto da população, geravam profunda desconfiança e receios junto dos socialistas em se alinharem com o partido (Freire, 2021). Neste período esta divisão acabaria por se tornar mais fraturante e evidente do que a divisão entre esquerda e direita. Assim permaneceu dividida a esquerda até 2015, com a "geringonça", e com novos partidos a reorganizarem a estrutura da esquerda política portuguesa.

O 25 de Novembro é visto, ainda que não de forma consensual, como o fim desta mobilização e instabilidade, o fim do PREC, e dessa forma o fim da influência do PCP e extrema-esquerda das principais esferas, o que leva a que atualmente, o PCP continue a rejeitar o 25 de Novembro, rejeitando não só a forma como esta está a ser mobilizada, mas também a própria importância da data. À direita, o 25 de Novembro foi

continuamente evocado como símbolo de moderação e vitória da democracia liberal, particularmente pelo CDS-PP.

Esta polarização reflete-se no que Costa Pinto (2008) designa como o "duplo legado" da transição portuguesa: o autoritarismo herdado do Estado Novo e a ameaça revolucionária representada pela extrema-esquerda entre 1974 e 1975. Segundo o autor, o discurso dos partidos democráticos, em particular o PS de Mário Soares e os partidos do centro-direita, consolidaram uma narrativa que legitimava a via democrática moderada, afastando-se tanto do passado ditatorial como das tentações revolucionárias.

A mobilização do 25 de Novembro, embora ausente do calendário oficial das comemorações parlamentares até 2024, tem uma história particular. Durante os primeiros 45 anos da democracia, o CDS-PP foi o principal proponente de iniciativas relacionadas com esta memória, embora os seus projetos fossem sistematicamente rejeitados. Contudo, em 2024, com o regresso do partido ao parlamento no âmbito de uma coligação pré-eleitoral com o PSD, e a ascensão que se vinha a registar de novas forças políticas de direita, ocorreram as primeiras cerimónias oficiais na Assembleia da República em memória desta data.

A primeira celebração solene do 25 de Novembro no Parlamento, marcou um ponto de viragem. Esta iniciativa, que reacendeu a discussão sobre a memória da transição democrática, foi aprovada a 11 de junho na Assembleia da República. A votação revelou uma clara divisão ideológica. O PSD, Chega (CH), Iniciativa Liberal (IL) e CDS-PP, votaram favoravelmente, enquanto o PS, BE, PCP e Livre (L) se opuseram. O Pessoas-Animais-Natureza (PAN) optou pela abstenção.

Durante décadas, a memória deste marco fora mantida viva sobretudo pelo CDS-PP e contestada pela esquerda. O surgimento da Iniciativa Liberal em 2017, e entrada para o parlamento em 2019, e do Chega o primeiro partido de direita-radical a conseguir entrar no parlamento em 2019, juntamento com o declínio do CDS-PP, reconfigurou esse campo. Ambos os novos partidos à direita, que ocupavam campos ideológicos até então inexistentes, nomeadamente o liberal no caso da IL e o da direita radical, no caso do CH, recuperaram e reinterpretaram a memória do 25 de Novembro, atribuindo-lhe significados próprios e revalorizando-a face ao 25 de Abril (Raimundo & Almeida, 2019; Raimundo & Dias, 2020).

A emergência de um partido de direita radical no panorama português, caracterizado por temas e posições anteriormente alvo de estigmatização e por um crescimento exponencial e rápido, provocou alterações em todo o cenário, incluindo

também na questão da memória. A ascensão destes partidos de direita radical conduz a uma certa normalização de temas e opiniões que até então poderiam ser estigmatizadas (Valentim, 2024). Além disso, estes partidos promovem uma forte reflexão sobre o passado, com uma acentuada exploração da nostalgia. Este tipo de partidos tem demonstrado uma força inegável no panorama político (Manucci, & Van Hauwaert, 2025). Foi aliás, em concordância com a entrada do Chega que o discurso sobre o 25 de Novembro se tornou mais presente e se intensificou, sendo até então um tema menos mobilizado, em parte derivado da sua inerente controvérsia.

Compreender como o 25 de Novembro é hoje apropriado e mobilizado é, portanto, essencial para interpretar a atual dinâmica do sistema partidário e a relação entre elites políticas e cidadãos. A interação entre passado e presente tem sido explorada em várias disciplinas, mas na ciência política a memória adquire um significado particular: ela permite compreender como as sociedades democráticas lidam com os legados autoritários e constroem identidades coletivas. Uma transição democrática bem-sucedida implica necessariamente uma reflexão sobre o passado, que define os contornos da nova legitimidade política (Meyer, 2008; Langenohl, 2008; Araújo & Pinto, 2017).

A memória, neste contexto, deixa de ser apenas um registo histórico: transforma-se num recurso político. As celebrações, museus e memoriais são expressões institucionais das escolhas de uma sociedade sobre o que recordar e como fazê-lo (Araújo, 2017). Os partidos, por sua vez, utilizam a memória de modo estratégico, especialmente em efemérides nacionais, para reivindicar o passado, reforçar a sua identidade e comunicar com o eleitorado (Mayhew, 1974; Raimundo & Dias, 2020).

Como observa Maria Manuela Cruzeiro (2014, p. 29), "comemora-se sempre o presente, ou o que do passado interessa ao presente. Nenhuma comemoração é inocente." Assim, as comemorações e os discursos sobre o passado tornam-se arenas simbólicas de disputa política, nas quais os partidos moldam narrativas que refletem e reforçam o seu papel na história democrática.

Duas memórias da transição portuguesa

A trajetória portuguesa entre ditadura e democracia produziu duas grandes narrativas concorrentes sobre o processo de transição: a dos "guerreiros de Abril"**,** que exaltam o 25 de Abril como momento fundador da liberdade, e a dos "guerreiros de Novembro", que valorizam o 25 de Novembro como momento de consolidação da democracia liberal (Raimundo & Dias, 2020).

Bernhard e Kubik (2014) propuseram uma tipologia que permite compreender o comportamento dos partidos face à memória. Os autores propõem quatro categorias relativamente à instrumentalização da memória, salientando a divergência de mobilizações e reconhecendo que nem todos os partidos atribuem a mesma importância às questões da memória, nem tão-pouco veem benefícios na sua mobilização (Bernhard e Kubik, 2014; Raimundo & Generoso de Almeida, 2019; Raimundo e Dias, 2020).

Em primeiro lugar, distinguem os partidos que procuram abertamente criar uma narrativa exclusiva e idealizada do passado, tendencialmente com apenas uma direção, quer seja de carácter positivo ou negativo, denominando-os de *Guerreiros Mnemónicos*. No entanto, dentro do grupo de partidos que se manifesta sobre o passado, existem os *Pluralistas* os partidos que, embora possam pretender construir uma narrativa face ao passado, revelam abertura e tolerância para com narrativas alternativas. Estas duas definições de partidos constituem um grupo onde as questões da memória são reconhecidas como importantes e necessárias, nomeadamente em termos de estratégias políticas, esperando-se que estes partidos dediquem tempo e esforço à escrita de discursos, elaboração de propostas e entrevistas sobre as questões de memória. Contudo, nem todos os partidos se alinham com esta linha de pensamento.

Os autores apontam mais dois tipos de partidos: os *Renunciadores* e os *Prospetivos*. Os *Renunciadores*, como o nome indica, procuram evitar manifestar-se sobre os temas do passado histórico e, consequentemente, dos legados da memória, uma vez que não identificam nestes debates benefícios evidentes para o partido e para a sua missão. Por outro lado, os *Prospetivos* caracterizam-se por estarem dispostos a aceitar participar em ações sobre as questões da memória, mas porque identificam nestas uma forma de introduzir questões da atualidade de interesse do partido e/ou planos para o futuro.

Raimundo e Dias (2020), numa análise conduzida com base nos discursos dos partidos nas celebrações do 25 de Abril, no período de 1977 a 2019, aplicaram esta tipologia ao caso português, permitindo-nos ter um panorama de como os partidos se comportaram em relação ao período de transição portuguesa. Desta forma, concluíram que o Parlamento português tem sido fortemente marcado por *Guerreiros Mnemónicos*, tendencialmente de partidos que defendem uma visão única e mitificada da transição democrática portuguesa a dominante. No entanto, apontam para duas importantes exceções: o PS e o PSD. O Partido Socialista apresentou na análise uma tendência *Pluralista*, uma vez que tende a não assumir uma posição de guerreiro, assim como

procura equilibrar as memórias de Abril e de Novembro, afastando-se de confrontos diretos. Já no caso do PSD, embora não apresente grandes oscilações, teve grandes períodos em que o seu comportamento, refletido nos discursos analisados, refletia a caracterização de *Prospetivo* (Raimundo e Dias, 2020).

No seio desta organização dos comportamentos e com base na análise realizada, os autores sugeriram uma divisão complementar e que se adequava exclusivamente ao panorama português: a divisão dos *Guerreiros Mnemónicos* entre *Guerreiros de Abril* e *Guerreiros de Novembro*. Esta distinção em dois blocos reflete as clivagens presentes na interpretação do legado da transição da democracia portuguesa. Por um lado, os *Guerreiros de Abril* valorizam o golpe militar de 25 de Abril de 1974 como o momento determinante para o início da democracia, sublinhando a rutura com o regime autoritário. Por outro lado, os *Guerreiros de Novembro* entendem que foi apenas com o 25 de Novembro de 1975, e a neutralização do COPCON[1], que se iniciou verdadeiramente o caminho para uma democracia liberal e pluralista (Raimundo e Dias, 2020).

A discórdia entre estes dois blocos não reside na sua interpretação do período autoritário nem no reconhecimento do 25 de Abril enquanto momento-chave, mas sim na definição dos acontecimentos dos meses que se seguiram à revolução, e consequentemente no que cada um reconhece como o momento fundador da democracia portuguesa (Raimundo e Dias, 2020).

Numa lógica simples, estes dois grupos refletem as clivagens de esquerda e direita, em que a esquerda se alinha com a narrativa de um *Guerreiro de Abril*, com o principal exemplo o PCP, e a direita com um *Guerreiro de Novembro*, que por sua vez tem a sua principal representação no CDS-PP. É relevante referir ainda nesta análise dos autores que, apesar de o PSD ter um comportamento prospetivo, os seus discursos seguem uma narrativa próxima dos *Guerreiros de Novembro*, sendo possível associá-lo a este grupo. Contudo, o mesmo não é possível para o Partido Socialista, não sendo associado a nenhum dos lados.

Esta configuração atenuou a polarização mnemónica e consolidou uma zona de convergência entre centro-esquerda e centro-direita. Contudo, este trabalho remete para um período precedente à entrada de novos atores à direita e o reconhecimento oficial do

[1] O COPCON foi uma estrutura criada como fim de coordenar as unidades militares, de forma a combater a falta de autoridade face às polícias e a incapacidade dos governos de exercerem as suas funções de maneira plena, devido à desmoralização política. Além disso, o COPCON tinha a missão de prevenir tentativas de golpes contrarrevolucionários (Cerezales, 2003).

25 de Novembro em 2024, tornando assim necessário reavaliar este equilíbrio e testar se ele se mantém perante um cenário político em mutação.

A verdade é que o panorama que se tem assistido tem sofrido modificações relativas com a entrada de novos atores políticos, sendo dessa forma importante revisitar o percurso de cada partido nesta matéria e explorar este modelo de análise que inclui a nova abordagem específica para o caso português. Olhar para a forma como os partidos recorrem aos elementos da memória e o que do passado decidem alavancar permite compreender em que medida os legados da memória são mobilizados estrategicamente. Assim como nos permite avaliar a persistência de clivagens políticas, em torno da memória do período revolucionário.

Capítulo Metodológico

A literatura indica que as memórias políticas da transição portuguesa continuaram durante muito tempo a estruturar a competição simbólica entre os partidos. As visões sobre o 25 de Novembro são influenciadas pela clivagem esquerda–direita, embora não se reduzam inteiramente a ela. À direita, a data foi sempre valorizada como o momento que estabilizou a democracia liberal; à esquerda, nunca houve uma posição única, sendo relativizada ou enquadrada de forma mais ambivalente pelo centro-esquerda e rejeitada pelos partidos mais próximos do extremo (Raimundo & Dias, 2020).

Para além disso, o sistema partidário português distinguia-se até 2019 por incluir dois partidos – PS e PSD – que não se comportavam como guerreiros mnemónicos. O PS tendia a assumir uma postura pluralista, procurando equilibrar as memórias de Abril e de Novembro; o PSD, por seu lado, exibia um comportamento prospetivo, usando o passado mais como referência de moderação do que como bandeira identitária. Esta configuração gerava zonas de convergência entre o centro-esquerda e o centro-direita, na postura de partidos que não pretendiam criar uma clivagem em torno daquela data.

A fragmentação partidária à direita com a entrada de dois novos partidos no parlamento, em 2019, sem raízes na transição democrática e focados em criar uma marca junto do eleitorado daquele lado do espetro político, poderá ter levado a novos alinhamentos.

Para captar estes dois aspetos, a questão de investigação que orientou esta dissertação apresenta duas ramificações. Em primeiro lugar, esta dissertação pretende responder à questão: Como se estruturam as visões dos partidos políticos portugueses sobre o 25 de Novembro desde a entrada dos novos partidos de direita no parlamento em 2019? Em segundo lugar, no que respeita às comemorações oficiais desta data, pretende-se saber em que medida estão os partidos políticos alinhados com as perceções do seu eleitorado. Para tentar responder à primeira pergunta, desenvolvemos a seguinte hipótese:

H1: As visões dos partidos sobre o 25 de Novembro não se distribuem segundo uma clivagem esquerda–direita rígida, devido à posição moderada e não mnemónica do PS e do PSD.

O declínio do CDS-PP, partido que historicamente ancorava o discurso dos "guerreiros de Novembro", coincidiu com o surgimento de duas novas forças políticas de direita,

o Iniciativa Liberal e o Chega, que reintroduziram o 25 de Novembro na agenda pública, mas com significados distintos. Paralelamente, o PS reforçou a sua posição de partido de governo durante a chamada "geringonça", aproximando-se temporariamente dos partidos à sua esquerda, enquanto o PSD atravessou sucessivas reconfigurações internas.

No ano de 2024, ocorreram dois marcos institucionais relevantes: as comemorações do cinquentenário do 25 de Abril de 1974 e, pela primeira vez, a celebração solene do 25 de Novembro de 1975 na Assembleia da República. Este duplo enquadramento comemorativo trouxe o tema da memória da transição para o centro do debate político e mediático, obrigando todos os partidos a posicionar-se publicamente relativamente não apenas ao significado da data, mas à decisão de a comemorar oficialmente. A posição dos partidos face às comemorações não tem de seguir necessariamente a mesma lógica da posição face à data em si. Neste sentido, hipotizamos que tenha havido uma maior polarização em particular em torno da decisão de comemorar o 25 de Novembro.

À direita, mesmo com a menor mobilização da data por parte do PSD, o partido tem-se sempre aproximado da narrativa de Novembro. Estima-se, assim, uma narrativa mais homogénea e, dessa forma, uma maior concordância entre o posicionamento dos partidos e o dos cidadãos que se autoposicionam no seu espaço ideológico. No entanto, seguindo os estudos anteriores, esperamos que os cidadãos que se posicionam à esquerda apresentem menor concordância pelo facto de os partidos terem posições distintas sobre a celebração e a data em si. A questão do PS e a sua dificuldade de posicionamento ao longo dos anos justifica que se espere menos alinhamento entre os partidos e cidadãos de esquerda face ao 25 de Novembro.

Assim, elaboramos as seguintes hipóteses:

H2: Os partidos e eleitores de direita tendem a manifestar maior concordância com a celebração oficial do 25 de Novembro.
H3: Os partidos e eleitores de esquerda tendem a manifestar menor concordância ou uma posição mais ambivalente face à celebração do 25 de Novembro.

Desta forma, com a apresentação da H2 e H3, espera-se encontrar evidências de que os espectros políticos da esquerda se alinhem com uma posição de menor concordância com esta celebração, e à direita uma concordância homogénea sobre a celebração do 25 de Novembro.

A análise empírica permitiu, assim, avaliar se PS e o PSD mantêm, no que toca ao tema das comemorações, a tendência identificada por Raimundo e Dias (2020) de se afastarem das lutas mnemónicas dominantes, deixando a disputa simbólica sobre o passado para os partidos situados nos extremos do espectro ideológico (H1), ou se, pelo contrário, o contexto comemorativo de 2024 contribuiu para uma maior polarização, levando o PS e o PSD a aproximarem-se das respetivas margens ideológicas no que toca à comemoração da data (H2 e H3).

Em termos temporais, o presente estudo centrou-se no ano de 2024, dado que foi o ano em que se realizaram as primeiras comemorações solenes do 25 de Novembro de 1975, juntamente com a celebração dos 50 anos do 25 de Abril de 1974. Estes dois eventos concomitantes trouxeram para a esfera pública, de forma acentuada, as discussões sobre os sentimentos e as narrativas associadas à transição e à sua celebração, obrigando os partidos a posicionarem-se claramente, sendo, por isso, especialmente relevante a sua análise.

Os intervenientes analisados são os eleitores portugueses (através dos dados de opinião pública) e os partidos com assento parlamentar em 2024 (através da análise qualitativa dos seus discursos e iniciativas). Esta dupla abordagem permite uma leitura abrangente das dinâmicas de representação e alinhamento no contexto político atual.

De forma a responder à questão de investigação e testar a primeira hipótese, realizou-se uma análise dos discursos das celebrações solenes do 25 de abril desde 1977, bem como de declarações públicas e oficiais dos partidos com assento parlamentar, de 2019 a 2024, que mencionassem explicitamente o 25 de novembro ou a sua celebração.

As fontes incluem comunicados, publicações nos websites dos partidos, declarações em órgãos de comunicação social e intervenções parlamentares. Cada declaração foi codificada segundo data, partido e interveniente. Foram também consideradas iniciativas parlamentares relacionadas com a celebração do 25 de Novembro e as respetivas votações, permitindo uma leitura clara das posições partidárias. A análise não se limitou às votações formais, dado que partidos como o PS, que historicamente têm revelado ambiguidade sobre esta data, evidenciam posicionamentos diferenciados através das declarações individuais dos seus deputados.

O objetivo desta componente é mapear e identificar tendências na forma como os partidos se têm posicionado relativamente ao legado da transição democrática, com ênfase no 25 de Novembro de 1975. Por culminar toda a mobilização desta data na primeira celebração solene na Assembleia da república, considerou-se de especial

interesse restringir a análise aos partidos que efetivamente, faziam parte da composição parlamentar aquando da celebração.

Foram analisadas 31 notícias, publicadas entre 2019 e 2024, em 13 meios de comunicação social distintos (Antena 1, RTP Online, Público, Expresso, Diário de Notícias, Observador, Renascença, SIC Notícias Online, CNN Portugal, Notícias ao Minuto, Visão, Jornal Económico e Jornal i). Foram ainda examinadas publicações oficiais do PS e do PCP, nos respetivos websites, sendo os únicos identificados com referências explícitas ao 25 de Novembro.

No campo das iniciativas, analisaram-se 19 iniciativas legislativas entre 2000 e 2024 que mencionam o 25 de Novembro, bem como os discursos dos partidos nas celebrações solenes, de 2024, do 25 de Abril e do 25 de Novembro de 2024. Foram igualmente revistos os debates parlamentares em que a data foi referida, num total de 72.177 palavras analisadas após a limpeza textual.

Para testar as hipóteses H2 e H3 utilizou-se ainda os dados recolhidos pela sondagem "Os Portugueses e o 25 de Abril" (ICS/ISCTE, 2024), cujo trabalho de campo decorreu entre 20 de março e 4 de abril de 2024. Esta sondagem, desenvolvida em parceria pela Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril com o *Expresso*, e a *SIC*, permite analisar o posicionamento dos cidadãos face à celebração do 25 de Novembro e a importância que lhe atribuem, tendo como variável principal o autoposicionamento ideológico na escala esquerda–direita.

Partindo do que a literatura sugere sobre as divisões simbólicas da memória política, espera-se que os cidadãos reflitam parcialmente as tendências partidárias, com maior concordância com a celebração do 25 de Novembro entre os que se posicionam à direita e menor entre os que se situam à esquerda.

Para operacionalizar a análise, foram utilizadas duas questões que traduzem as dimensões em estudo: (1) atitudes face às celebrações do 25 de Abril e 25 de Novembro e (2) posicionamento ideológico numa escala de 0 (esquerda) a 10 (direita), tal como exposto na Tabela 1.

Tabela 1- Operacionalização de Conceitos

Conceito	Dimensão em Análise	Indicador	Escala

A memória da transição portuguesa	Atitudes face às comemorações do 25 de Abril e 25 de Novembro	Com qual das seguintes frases mais concorda? (CELEBRAÇÕES)	**1-**Portugal deve celebrar o 25 de Abril, mas também deveria celebrar o 25 de Novembro; **2-**Portugal deve celebrar o 25 de Abril, mas não o 25 de Novembro; **3-**Portugal deveria celebrar o 25 de Novembro, mas não o 25 de Abril; **4-**Portugal não deveria celebrar nem o 25 de Abril nem o 25 de Novembro;
Posicionamento ideológico		Em política, é costume falar-se de esquerda e direita. Onde é que se posicionaria a si próprio numa escala de 0 a 10, onde 0 significa a posição mais à esquerda e 10 significa a posição mais à direita?	0- Esquerda; 10- Direita;

Análise

Os partidos, o 25 de Novembro e as comemorações

Desde que o tema de umas possíveis comemorações oficiais começou a ser discutido, vários partidos políticos foram definindo a sua posição.

O Partido Social Democrata manteve desde o início uma posição favorável à celebração do 25 de Novembro, embora com algumas nuances internas que refletem diferentes sensibilidades dentro do partido. A narrativa dominante associa a data à consolidação da democracia e à defesa da liberdade, interpretando o 25 de Novembro como o momento em que se cumpriu o "desígnio de Abril".

Historicamente, o PSD tem defendido que os militares que intervieram em 1975 "libertaram Portugal de uma tentativa de radicalização apoiada pela extrema-esquerda", abrindo caminho a um regime democrático, pluralista e estável. Essa leitura institucionalizada — expressa, por exemplo, na moção apresentada em 2019, "Pela liberdade e pela democracia, 25 de Novembro de 1975" — enquadra o partido como herdeiro da vertente liberal e moderada do processo revolucionário.

Declarações como as de Carlos Coelho, Vice-Presidente do PSD, em 2024, defendendo que "faz todo o sentido celebrar o 25 de Novembro quando celebramos os 50 anos da democracia", ilustram esta linha de continuidade que procura enquadrar a data no contexto mais amplo das efemérides democráticas. De forma semelhante, Carlos Moedas, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, em 2023, afirmou que "comemorar Abril é, por si só, um exercício incompleto. Faltava algo. Esse algo era o 25 de Novembro", sugerindo que as duas datas devem ser vistas como complementares e não concorrentes.

Contudo, subsistem vozes mais cautelosas dentro do partido. Miguel Morgado, ex-deputado do PSD e antigo assessor do ex-Primeiro Ministro, Passos Coelho, por exemplo, considerou que "nunca fez questão de fazer comemorações do 25 de Novembro e outras datas avulsas", revelando uma sensibilidade mais reservada quanto à institucionalização da data. Este tipo de posição, minoritário, mas presente, demonstra que o PSD tende a abordar o tema com pragmatismo, evitando tanto o revisionismo triunfalista da direita mais à direita como a rejeição simbólica da esquerda.

O posicionamento do partido tem vindo a traduzir a sua posição já anteriormente explorada por Raimundo e Dias (2020), de que apesar de se alinhar com a narrativa de

Novembro, não a mobiliza de forma intensa ao ponto de ser agregado aos grupos de guerreiros mnemónico. Atentemos à falta de iniciativas apresentadas, seja de votos de saudação, como iniciativas para evocar a data na casa da democracia. Como espelhado no anexo 1, o PSD apenas apresentou dois votos de saudação, pelos 40.º e 43.º aniversário do 25 de Novembro, respetivamente, e ambos foram apresentados em conjunto com o CDS-PP. O mesmo se reflete na presença mediática, sendo relativamente inferior o número de citações ou intervenções do partido sobre esta data e a sua celebração.

Apenas a nível local se vinham a identificar motivações de celebração, com o Presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas, em 2023, a sublinhar a importância da data com a primeira celebração do 25 de Novembro de 1975, na Câmara Municipal de Lisboa, evento que não contou com a presença dos partidos de esquerda.

Em síntese, o PSD reivindica o 25 de Novembro como parte integrante do legado de Abril**,** sublinhando a continuidade entre ambas as datas enquanto momentos decisivos na consolidação da democracia portuguesa. A sua narrativa centra-se na estabilidade e na defesa da liberdade face aos extremismos de 1975, apresentando-se como o partido da "responsabilidade democrática". Nesta lógica, não demostra um interesse explícito em reclamar para si a data.

Já o CDS-PP apresenta um panorama completamente distinto. Este tem sido, de forma consistente, o principal promotor político da celebração do 25 de Novembro enquanto marco fundador da democracia portuguesa. Desde o início do período democrático, o partido reivindicou a data como símbolo da vitória da moderação sobre o extremismo, e bem como momento de estabilização da ordem democrática. Desde 2000, o partido apresentou consistentemente projetos de resolução para atribuição de condecorações a propósito do 25 de Novembro, pela evocação de uma sessão solene do 25 de Novembro e vários votos de saudação pelo aniversário da data. No total, foi possível identificar 12 iniciativas, que refletiam a ambição do partido de manter presente a memória desta data. Entre 2019 e 2024, esta linha discursiva manteve-se não apenas estável, mas também central para a identidade política do partido, funcionando como uma das suas principais bandeiras de atuação simbólicas no espaço parlamentar.

As declarações públicas e intervenções recolhidas evidenciam um discurso fortemente coerente. Em 2019, o partido já defendia que comemorar o 25 de Novembro era reafirmar os valores fundamentais do regime democrático — liberdade de expressão, pluralismo partidário e eleições livres — apresentando-o como uma data que "a esmagadora maioria dos democratas adere". Esta narrativa, associada à defesa da

legitimidade da intervenção militar de 1975, foi reiterada em sucessivas ocasiões, reforçando a ideia de continuidade e coerência ideológica.

Nos anos seguintes, essa posição consolidou-se. Em 2021, o CDS-PP propôs que o 25 de Novembro fosse decretado feriado nacional, reforçando o argumento de que a data simboliza a conclusão do processo de democratização iniciado com o 25 de Abril. Em 2024, com o regresso à Assembleia da República após os já referidos dois anos de ausência, o partido procurou transformar esta causa numa marca de identidade e numa forma de recuperar visibilidade pública. A aprovação, em junho desse ano, da proposta[2] para realizar anualmente uma sessão solene do 25 de Novembro foi apresentada pelo presidente do partido, Nuno Melo, como uma "deliberação histórica" e "um exercício de justiça".

Nas intervenções mais recentes, tanto Nuno Melo como Paulo Núncio, líder parlamentar do CDS-PP, insistiram que o 25 de Novembro deve ser celebrado "para não ser esquecido", por representar "a etapa final da consolidação da democracia portuguesa". Melo acrescentou que "esquecer o 25 de Novembro significaria sacrificar o melhor do 25 de Abril", estabelecendo uma relação de continuidade entre as duas datas e apresentando o CDS-PP como o garante da memória democrática equilibrada — contra o que descreve como tentativas de "revisão" ou "desvalorização" da história nacional.

Em suma, o CDS-PP mantém-se como o partido que mais explicitamente reivindica o 25 de Novembro como símbolo identitário, apresentando-o como o verdadeiro momento de consolidação da democracia portuguesa e contrapondo-o à memória da revolução de 1974. O partido constrói uma narrativa de legitimidade histórica e moral em torno da data, procurando com ela reforçar o seu papel no sistema político português, mesmo num contexto de declínio eleitoral e concorrência crescente à direita. A sua insistência neste tema — que atravessa legislaturas e lideranças — traduz uma estratégia de sobrevivência simbólica e de reafirmação da sua relevância política através da memória histórica.

O CDS-PP reconhece a importância de vincar a sua posição num contexto em que a sua sobrevivência foi ameaçada pelo surgimento de novos partidos de direita que vêm tentar ocupar também esse lugar nas lutas culturais.

A entrada do partido Chega na esfera parlamentar, em 2019, vem alterar a forma tradicional do paradigma português. Sem uma bagagem histórica para alavancar, foi

[2] Projeto de Deliberação n.º4/XVI/1.ª—Sessão evocativa do dia 25 de Novembro.

progressivamente tentando apropriar-se do 25 de Novembro como uma das suas bandeiras identitárias, apresentando a data como símbolo da "vitória da liberdade sobre o comunismo" e da consolidação do Estado de Direito. A narrativa construída pelo partido atribui àquele momento de 1975 um valor fundador equivalente ao do 25 de Abril, interpretando a transição democrática a partir de uma perspetiva que enfatiza a ameaça da extrema-esquerda e a necessidade de firmeza política e militar para conter o radicalismo revolucionário.

A análise das declarações e comunicados entre 2019 e 2024 revela um discurso fortemente coerente e mobilizador. Desde as suas primeiras intervenções parlamentares, André Ventura afirmou que o 25 de Novembro representa "a grande conquista da liberdade que se conquistou também naquele dia", reivindicando para os militares moderados um papel heroico na defesa da democracia. O partido apelou reiteradamente à "justiça histórica" face a esse episódio, afirmando que a data deve ser celebrada como um tributo "à história de Portugal, à democracia e ao Estado de Direito democrático".

O tom heroico está presente em várias iniciativas do partido, incluindo propostas para instituir um feriado nacional no dia 25 de Novembro[3] e pedidos de homenagem ao Regimento de Comandos da Amadora — símbolo militar central do contragolpe de 1975. Estas propostas são acompanhadas por uma estratégia discursiva que apresenta o Chega como o único partido disposto a celebrar abertamente a data "sem reservas e sem medo", contrapondo-se àquilo que descreve como décadas de silêncio ou vergonha política em torno do 25 de Novembro.

Nos anos mais recentes, o partido reforçou esta apropriação. Em 2022, apresenta um projeto para uma sessão solene do 25 de Novembro, que acabaria por caducar. No ano seguinte, André Ventura anunciou novamente a intenção de realizar uma "sessão solene" no Senado para assinalar a data, e em 2024 declarou que "é tão importante celebrar o 25 de Abril como o 25 de Novembro", posicionando o Chega como o único partido que, em seu entender, reconhece (abertamente) de forma equilibrada os dois momentos fundadores da democracia portuguesa. Já em 2019, o partido havia procurado realizar uma cerimónia evocativa na Assembleia da República no Auditório Almeida Santos.

Assim, o Chega parece querer disputar com o CDS-PP o papel de "guerreiro de Novembro" do sistema partidário contemporâneo, reivindicando o legado dos moderados militares e civis de 1975 e apresentando-se como herdeiro da sua missão de defesa da

[3] Projeto de Lei n.º98/XVI/1.ª —Pela instituição do 25 de Novembro como feriado nacional.

liberdade e da ordem. Trazendo consigo a ideia de que os restantes partidos haviam sucumbido ao receio da controvérsia e do estigma político e por isso, abandonando o legado e a necessidade de recordar e homenagear a data. O partido instrumentaliza o 25 de Novembro como eixo de identidade e distinção ideológica, projetando através dele uma narrativa de patriotismo anticomunista e de reposição de "verdade histórica". Esta apropriação da memória, coerente com a sua retórica de polarização e confronto, funciona simultaneamente como estratégia simbólica de legitimação institucional e como ferramenta de mobilização eleitoral junto de setores descontentes da direita tradicional.

Desde a sua entrada no sistema partidário português, a Iniciativa Liberal (IL) tem-se afirmado como uma das forças políticas mais empenhadas na valorização pública do 25 de Novembro, apresentando a data como símbolo de libertação democrática e de defesa do Estado de Direito. A IL posiciona-se claramente no campo dos chamados "guerreiros de Novembro", embora procure construir uma narrativa distinta da tradicional direita conservadora: em vez de enfatizar a dimensão militar ou anticomunista da data, o partido apresenta-a como a celebração da "vitória da democracia liberal" e do pluralismo contra qualquer forma de autoritarismo.

As declarações da IL, nesta matéria, aproximam o partido do Chega, em particular quando reivindica para si o lugar de "única força política que celebra com o mesmo entusiasmo e orgulho o 25 de Abril e o 25 de Novembro", defendendo que ambas as datas devem ser encaradas como momentos complementares no processo de construção da democracia portuguesa. O discurso do partido associa o 25 de Novembro à defesa da liberdade individual e do Estado de Direito, conceitos centrais na identidade liberal. Frases como "o 25 de Novembro só é divisivo para quem não ama a democracia" de Rui Rocha, Presidente da IL, em 2024, "a inclusão da celebração do 25 de Novembro nas comemorações do cinquentenário do 25 de Abril", de Mariana Leitão, no mesmo ano, enquanto líder parlamentar da IL, revelam um esforço deliberado de apresentar a IL como promotora de uma leitura integradora e não sectária da transição portuguesa. A crítica à "cobardia histórica" dos que evitaram celebrar a data presente já nas campanhas de 2019, demonstra a tentativa do partido de ocupar um espaço moral no debate público sobre a memória política.

Em 2024, a IL votou a favor de instituir uma sessão solene anual do 25 de Novembro, e saudou a decisão parlamentar, considerando-a um passo essencial para o reconhecimento equilibrado das duas datas fundadoras da democracia. O partido apresentou essa decisão como uma "vitória simbólica" da coerência liberal e como sinal

de maturidade democrática, defendendo que a celebração simultânea de Abril e Novembro representa o triunfo definitivo da liberdade sobre todas as formas de autoritarismo. No mesmo ano, o partido apresentou, ainda, um Projeto de Deliberação[4] para a realização de uma sessão evocativa do cinquentenário do 25 de Novembro no âmbito das celebrações do cinquentenário do 25 de Abril, que viria a ser aprovado.

Fora da esfera parlamentar, o partido tem celebrado a data: tomemos como exemplo em 2021, no Porto, onde a IL celebrava a "Festa da Liberdade" pelo 4.º ano consecutivo com um conjunto de debates que juntavam a juventude, com o 25 de Novembro como tema.

Em síntese, a IL procura transformar a data numa afirmação dos valores liberais de tolerância e pluralismo. A defesa da equivalência entre as duas datas funciona, deste modo, como um instrumento discursivo de diferenciação partidária — capaz de legitimar a IL no campo da direita sem a associar ao discurso revisionista mais polarizador.

O Partido Socialista apresentou uma posição marcada por alguma ambivalência face à celebração do 25 de Novembro, refletindo diversidade interna de interpretações e sensibilidades. Da análise das declarações de dirigentes e representantes do partido entre 2019 e 2024 sobressaem três ideias: a valorização histórica da data, a rejeição da sua equiparação ao 25 de Abril e a defesa de uma leitura integradora e não polarizadora do processo de transição democrática.

Algumas das suas figuras, como Francisco Assis, Sérgio Sousa Pinto e Augusto Santos Silva, defenderam publicamente a importância do 25 de Novembro, sublinhando que a data simboliza o momento em que a democracia portuguesa se consolidou e que o Parlamento deveria evocá-la. Sérgio Sousa Pinto, uma voz cada vez mais dissidente do partido, em particular desde a 'geringonça' chamou-lhe mesmo o "proprietário do 25 de Novembro", reforçando que o partido "deveria ter assumido as suas diferenças em relação ao PCP, ter honrado a sua história e ter comemorado o 25 de Novembro", ainda que não visse na esfera parlamentar a obrigação de evocação da data. Santos Silva, enquanto Presidente da Assembleia da República, em funções no período de 2022 a 2024, afirmou mesmo que o PS deveria assinalar a data à margem das comemorações oficiais, reconhecendo o seu valor histórico. Francisco Assis, por sua vez, considerou-a uma "data

[4] Projeto de Deliberação n.º3/XVI/1.ª —Recomenda à Assembleia da República que realize uma sessão evocativa do cinquentenário do 25 de Novembro no âmbito das celebrações do cinquentenário do 25 de Abril.

fundamental na democracia portuguesa", embora tenha insistido que deve ser enquadrada no processo histórico mais amplo da revolução, sem oposição a 25 de Abril.

Outros dirigentes e figuras relevantes do partido foram mais firmes sobre a ideia de celebrar institucionalmente o 25 de Novembro. Pedro Adão e Silva, Nuno Severiano Teixeira e Pedro Delgado Alves enfatizaram que as celebrações nacionais devem privilegiar o que une e não o que divide os portugueses, defendendo que o 25 de Abril é a única data fundacional de rutura que deve ser comemorada oficialmente. Na mesma linha, a deputada Isabel Moreira, de uma ala mais à esquerda, afirmou que o Estado deve celebrar apenas as datas que simbolizam rutura e libertação, e não momentos de conflito ou divisão.

No ano de 2023, após o anúncio durante as celebrações do 5 de outubro na Câmara Municipal de Lisboa, pelo Presidente da Câmara Carlos Moedas, do PSD, de que se iria realizar uma cerimónia celebrativa do 25 de Novembro no ano seguinte naquela Câmara de Lisboa, várias figuras relevantes do partido Socialista, chegaram-se à frente como Ana Gomes, afirmou ser "indissociável celebrar um e outro", referindo-se ao 25 de Abril e ao 25 de Novembro, chegando mesmo a acusar Augusto Santos Silva e o partido socialista de ceder a pressões do PCP e não incluir a celebração no programa de datas de celebração na Assembleia da República.

Mas o PS não está totalmente unido nesta questão, nomeadamente ao nível das elites locais. Por exemplo, o Presidente da Câmara socialista, Ricardo Leão, que governa a Câmara de Loures em coligação com o PSD, subscreveu uma moção conjunta com o PSD e o Chega para celebrar o 25 de Novembro, gesto que evidenciou a autonomia e diversidade de leituras dentro do partido.

De modo geral, o PS manteve-se fiel à postura que Raimundo e Dias (2020) designaram de pluralista: o partido reconhece a importância histórica do 25 de Novembro, mas resiste à sua politização e à sua transformação em bandeira identitária. A sua posição equilibra o reconhecimento histórico com uma preocupação de evitar divisões simbólicas, reiterando que o 25 de Abril permanece a data central da democracia portuguesa.

Este comportamento não é apenas notório nas declarações e opiniões individuais dos políticos que constituem o partido, mas também podemos associar relativamente às iniciativas. No período específico de 2019 a 2024, o PS não apresentou iniciativas que remetessem direta ou indiretamente para esta data, no entanto, o mesmo já havia apresentado em anos anteriores iniciativas que fazem sentido revisitar.

Os únicos dois projetos de saudação do PS que remetem para a questão da memória ocorrem exatamente dentro do período de governação minoritária, em aliança com a esquerda. Os textos seguem praticamente a mesma narrativa, apenas com o primeiro a ser mais neutro do que o segundo. Analisemos, no primeiro, apresentado em 2016, intitulado de "A Consolidação da Democracia em Portugal"[5], quando se refere aos acontecimentos do pós-25 de Abril, o partido menciona que "após o 25 de Abril, momento libertador e fundador do Portugal Democrático, e não obstante as incertezas, avanços e recuos e intensos debates sobre o futuro do país e das suas instituições, por vezes traduzidos em momentos de tensão e risco de conflito, os Portugueses e os seus representantes democraticamente eleitos souberam em conjunto construir o compromisso determinante para a prosperidade e para a construção de um País novo", sem nunca fazer referência ao 25 de Novembro.

Já no texto de 2018[6], o partido reconheceu que no período pós-25 de Abril "viveram-se momentos de incerteza e de intenso debate e confronto, e por vezes traduzidos em momentos de elevada tensão e risco de conflito", e destacou o papel de novembro, referindo que "os acontecimentos de 25 de Novembro de 1975 foram especialmente relevantes neste contexto". No entanto o partido remata a iniciativa com a ideia de não se reabrir feridas do passado sendo essa a melhor forma de "homenagear".

Esta primeira versão coincide com o primeiro ano de governo da chamada "geringonça" o que nos pode ajudar a explicar a tentativa de uma narrativa totalmente neutra e central do Partido Socialista. A publicação, dois anos mais tarde, com uma versão mais esclarecedora e com menção ao 25 de Novembro, faz-nos questionar se não seria uma forma de o PS se distanciar da restante esquerda: recordemos que à direita começavam a surgir acusações de que o PS se estaria a aproximar da extrema-esquerda.

Esta ambiguidade, simultaneamente prudente e reveladora de tensões internas, explica o lugar singular do PS no panorama político português. Enquanto os partidos à direita (PSD, IL, CDS-PP e CH) reivindicam o 25 de Novembro como símbolo da vitória da moderação sobre o radicalismo, e os partidos à esquerda (BE e PCP) o contestam como tentativa de "esvaziar o conteúdo revolucionário de Abril", o PS posiciona-se entre ambas as narrativas. A sua estratégia parece orientada por uma lógica de mediação: preservar o papel histórico do partido no 25 de Novembro de 1975, evitando, porém, reforçar a

[5] Voto de saudação n.º162/XIII- À consolidação da Democracia em Portugal.
[6] Projeto de Voto 671/XIII/4- De saudação à construção da Democracia em Portugal.

clivagem simbólica entre "Abril" e "Novembro" que estrutura o debate político contemporâneo.

Em 2024, aquando do Projeto de Deliberação apresentado pelo CDS-PP, para uma sessão evocativa do dia 25 de Novembro, o PS não se absteve, tendo votado efetivamente contra a celebração, sobre o mote de que reconhece a data, mas não se revê nos moldes de celebração propostos. Já no que diz respeito ao Projeto de Deliberação apresentado pela IL, de recomendação à Assembleia da República que se realizasse uma sessão evocativa do cinquentenário do 25 de Novembro no âmbito das celebrações do cinquentenário do 25 de Abril, o Partido Socialista votou favoravelmente.

O Partido Comunista Português mantém uma posição de rejeição clara e sistemática em relação à celebração oficial do 25 de Novembro, entendendo-a como uma tentativa de reescrever a história e de desvalorizar o caráter revolucionário do 25 de Abril. Para o PCP, as comemorações institucionais da data representam uma "operação antidemocrática" promovida pela direita, cujo objetivo seria "apagar" os avanços sociais e políticos conquistados pela Revolução de 1974.

Nas suas intervenções mais recentes, o secretário-geral Paulo Raimundo e a líder parlamentar Paula Santos reafirmaram esta leitura, qualificando as celebrações como uma "operação de falsificação e deturpação da história". Raimundo insistiu que "as comemorações do povo são e só as de Abril", sublinhando que o PCP se coloca do lado daqueles que continuam a identificar o 25 de Abril como a verdadeira data fundacional da democracia portuguesa. Paula Santos, por sua vez, afirmou que as cerimónias parlamentares de 2024, de celebração oficial do 25 de Novembro, simbolizam uma "operação de apagamento" conduzida por "quem nunca se conformou com os avanços e direitos conquistados pela Revolução de Abril".

Também António Filipe, num tom mais analítico, denunciou o que chamou de "febre neo-novembrista" do CDS-PP e da direita, acusando essas forças políticas de promoverem "revisionismo histórico". Nos seus discursos, refuta a narrativa segundo a qual o 25 de Novembro teria salvado a democracia, sustentando que nunca houve em Portugal uma tentativa comunista de instaurar um regime totalitário. Pelo contrário, argumenta que o PCP esteve sempre disponível para soluções políticas e de diálogo, e que o episódio de 1975 deve ser interpretado no contexto de um confronto entre visões diferentes da democratização, mas não como uma ameaça à liberdade.

A retórica do PCP reforça assim a ideia de que o 25 de Novembro é uma data divisiva e ilegítima como celebração nacional. Ao contrário do 25 de Abril, que o partido

associa ao "povo" e à emancipação social, o 25 de Novembro é retratado como o momento em que a revolução foi travada e os seus ideais, parcialmente derrotados. Esta leitura é consistente com a tradição do partido desde o pós-transição e insere-se na sua estratégia de defesa da herança de Abril contra aquilo que considera ser a tentativa de "normalização liberal" da democracia portuguesa.

Em síntese, o PCP posiciona-se como o principal guardião da memória revolucionária do 25 de Abril, recusando reconhecer legitimidade simbólica ao 25 de Novembro. A sua oposição às comemorações de 2024, deste último, que descreve como uma "ofensiva revisionista", demonstra não apenas a continuidade da sua interpretação histórica, mas também o papel que o partido atribui a si próprio como último bastião da leitura popular e transformadora da transição democrática portuguesa.

O Bloco de Esquerda mantém uma posição crítica e de rejeição quanto à celebração oficial do 25 de Novembro, que o partido interpreta como uma tentativa de desvalorizar o sentido revolucionário e popular do 25 de Abril. A leitura bloquista insere-se na tradição da esquerda pós-revolucionária que considera o 25 de Novembro não como um marco de consolidação democrática, mas como o momento em que se travou e institucionalizou a revolução portuguesa, encerrando o ciclo de mobilização social iniciado em 1974.

As declarações de dirigentes e documentos recentes revelam uma posição coesa e ideologicamente consistente. Em 2024, Mariana Mortágua afirmou que "o 25 de Novembro não é a reposição da normalidade democrática, não tem essa importância histórica", acrescentando que "Novembro é usado como pretexto contra Abril". Fernando Rosas, historiador e um dos fundadores do BE, já havia sintetizado esta visão em 2022, afirmando que "não faz sentido comemorar o 25 de Novembro". O partido tem denunciado a "operação de desvalorização do 25 de Abril" e considera que a insistência em assinalar anualmente o 25 de Novembro constitui um "revisionismo histórico" que procura neutralizar o legado transformador da Revolução dos Cravos.

O discurso bloquista recorre com frequência à noção de "memória de Abril" como fronteira moral e política. O partido entende que as conquistas democráticas e sociais resultantes da revolução – direitos laborais, nacionalizações, habitação e saúde pública - foram progressivamente revertidas a partir do 25 de Novembro. Daí que a comemoração da data, em moldes semelhantes aos do 25 de Abril, seja vista como uma inversão de sentido histórico e como uma forma de "lavagem simbólica" da transição democrática.

Em síntese, o Bloco de Esquerda partilha com o PCP uma rejeição da leitura liberal e institucional do 25 de Novembro, mas distingue-se por articular essa crítica com uma reflexão sobre o presente. Mais do que uma disputa de memória histórica, a posição do BE inscreve-se num combate contemporâneo contra o que considera ser a normalização da direita e a perda do potencial transformador do legado de Abril. Ao recusar a celebração de Novembro, o partido afirma-se como guardião da vertente emancipatória da revolução, insistindo que "só o 25 de Abril deve ser celebrado, e nunca o que o travou".

O Livre (L) adota uma posição intermédia e crítica em relação à celebração oficial do 25 de Novembro. O partido não se opõe à evocação histórica da data, reconhecendo o seu papel na consolidação da democracia portuguesa, mas rejeita o enquadramento simbólico e político que a direita lhe tem atribuído. Para Rui Tavares, historiador e co-porta-voz do partido, o 25 de Novembro de 1975 foi "importante para a consolidação da democracia", mas a sua comemoração atual representa uma "invenção de uma guerra cultural" promovida pela extrema-direita.

Esta distinção entre evocação e comemoração é central no discurso do Livre. Ao defender que a data pode e deve ser lembrada mas não celebrada em moldes comparáveis aos do 25 de Abril, o partido procura afirmar uma postura de moderação histórica e de rejeição da instrumentalização política da memória. Desta forma, remete em alguns aspetos para a narrativa socialista. O Livre critica a utilização do 25 de Novembro como símbolo de divisão ideológica e entende que o seu ressurgimento no debate público reflete uma tentativa de reescrever a história em chave identitária, mais do que um verdadeiro exercício de memória democrática.

A posição de Rui Tavares coloca o Livre no campo da esquerda democrática, mas com uma marca própria de racionalismo histórico e cautela simbólica. Ao contrário do Bloco de Esquerda e do PCP, o partido não questiona o valor histórico do 25 de Novembro, apenas o seu uso político atual. A sua crítica centra-se na apropriação da data por setores da direita, que, segundo Tavares, pretendem transformá-la num instrumento de oposição cultural ao legado de Abril.

Em suma, o Livre distancia-se tanto da rejeição absoluta das comemorações, típica da esquerda radical, como da exaltação heroica promovida pela direita. A sua intervenção sugere uma tentativa de politizar a memória democrática sem a submeter à lógica das guerras culturais, reafirmando que a democracia portuguesa deve ser celebrada no seu conjunto, sem hierarquias simbólicas entre as suas datas fundadoras.

Durante as cerimónias de 2024, os partidos à direita do espetro político posicionaram-se de forma nítida quanto à celebração do 25 de Novembro. O PSD enquadrou a data como "triunfo da moderação sobre o extremismo" e como garantia da liberdade conquistada a 25 de Abril, justificando a sua celebração. O Chega foi mais longe, qualificando o 25 de Novembro como "o verdadeiro dia da liberdade". A Iniciativa Liberal reivindicou ter defendido a efeméride "quando celebrava sozinha", saudou "25 de Abril e 25 de Novembro" e ligou a cerimónia a um "momento decisivo" para a afirmação democrática, com rejeição explícita de "fascismo e comunismo". O CDS-PP sublinhou a continuidade histórica da sua defesa da data, lembrando propostas desde 2000 para o reconhecimento solene do 25 de Novembro.

O mesmo não sucedeu à esquerda. No polo crítico, o Bloco de Esquerda considerou a celebração uma tentativa de "esvaziar o conteúdo revolucionário popular do 25 de Abril", recordando que a Constituição de 1976 consagra Abril e não refere Novembro. No entanto, houve uma fratura interna dentro do partido, sobre se deveria ou não participar da cerimónia. O partido acabou por fazer-se representar apenas pela deputada Joana Mortágua, tendo colocado cravos vermelhos, símbolo do 25 de Abril, nos lugares dos deputados na bancada da assembleia.

O PAN adotou uma posição de síntese, defendendo que todas as etapas, incluindo o 25 de Novembro, devem ser celebradas no âmbito do 25 de Abril "como um todo" e na sua complexidade. O PS manteve a sua posição ambígua reveladora de algum desconforto interno embora o discurso tendesse mais para uma rejeição das comemorações. O PCP não participou precisamente por ser o partido mais fortemente contra a decisão de comemorar oficialmente a data. No entanto, a deputada Paula Santos leu uma declaração à margem da cerimónia, em formato e duração semelhante aos dos partidos que efetivamente participaram e discursaram na sessão evocativa do 25 de Novembro, na qual declarou que, "a realização desta sessão é parte integrante da operação de falsificação e de deturpação da história, de quem nunca se conformou com os avanços, os direitos e as liberdades conquistados pela Revolução de Abril."

O Panorama Geral e a Reconfiguração da Memória

A reconfiguração da memória do 25 de Novembro não é um fenómeno meramente histórico, mas uma estratégia política contemporânea que reflete e molda as dinâmicas partidárias atuais.

Assistimos a uma direita que adjudicou em bloco o 25 de Novembro, tendo alguns partidos como o CDS-PP que reclamado o monopólio do mesmo para a direita. Apesar das diferentes formas de manifestação e intensidades em relação à data, é consensual o reforço de importância relativa à data. Ano após ano, desde 2000, o CDS-PP apresentou respetivamente votos de saudação e iniciativas relacionadas com o 25 de Novembro de 1975. A ascensão de novos atores à direita, desprovidos de um legado direto no 25 de Abril, encontram no 25 de Novembro um terreno fértil para a construção de uma identidade política distinta e para a demarcação face à esquerda. Ao elevarem o 25 de Novembro a "verdadeiro dia da liberdade", os partidos como o Chega não só reescrevem a narrativa histórica, como também tendem a deslegitimar a centralidade do 25 de Abril na fundação da democracia portuguesa, forçando os partidos tradicionais, em particular o PS, a se reposicionarem num xadrez ideológico cada vez mais polarizado.

A inconsistência do Partido Socialista em relação ao 25 de Novembro, expressa nas votações de iniciativas não legislativas nos últimos anos, tendo oscilando entre a abstenção, o voto contra e o apoio a iniciativas que reconhecem a data, revela a complexidade de manter uma posição centrista num contexto de crescente polarização. Esta ambivalência, embora estratégica para evitar alinhamentos indesejados, pode ser interpretada como uma fragilidade, expondo o partido a críticas tanto da direita – que o acusa de ceder ao extremo esquerdo – quanto da sua própria génese interna – que questiona a sua capacidade de defender o seu legado histórico. A chamada "geringonça" e a necessidade de alinhamento com a esquerda para governar, acentuaram este dilema, empurrando o PS para uma posição de maior distanciamento da sua própria história em relação ao 25 de Novembro, que foi, paradoxalmente, um momento crucial para a sua afirmação enquanto força democrática.

Neste sentido, apesar do seu papel histórico, não lhe interessa alinhar-se com a direita, nem se retirar da sua posição centrista para se alinhar com a esquerda que assume uma posição mais fincada sobre este assunto, falamos fundamentalmente do PCP e do BE. Este comportamento estratégico do PS, que se manifesta na sua dificuldade em assumir uma posição linear, é um reflexo direto das alianças governativas e da necessidade de gerir as expectativas de diferentes fações ideológicas, tanto internas como externas, na política portuguesa.

A fragmentação da direita e a emergência de vozes mais radicais não só alteram a dinâmica interna deste campo ideológico, como também intensificam a batalha pela hegemonia narrativa sobre a transição democrática. A instrumentalização do 25 de

Novembro por parte de partidos como o Chega não visa apenas a celebração de um evento histórico, mas a construção de uma nova identidade para a direita portuguesa, que se distancia da moderação e abraça uma retórica mais de confronto. Este processo de "reescrita" do 25 de Abril, que durante décadas foi um consenso nacional, representa um desafio significativo à coesão social e à memória coletiva, abrindo caminho para interpretações revisionistas.

A forma como os partidos alteram o seu comportamento em função das alianças e da organização do governo é evidente: a celebração solene do 25 de Novembro na Assembleia da República, a par de um Governo liderado pelo PSD desde 2024, é um exemplo claro de como a conjuntura política atual pode redefinir a mobilização da memória. As alianças, sejam elas de governo ou de conveniência parlamentar, forçam os partidos a equilibrar as suas posições, por vezes de forma contraintuitiva face à sua história, para maximizar ganhos políticos ou minimizar perdas, revendo-se aqui a relevância da memória do legado histórico, no posicionamento ideológico.

Por fim, salienta-se a típica divisão entre esquerda e direita. As diferentes interpretações do 25 de Novembro demonstram o que separa estes dois campos. Do lado da esquerda, esta data é interpretada como destinada a interromper a revolução levada a cabo nos meses após o 25 de Abril, e do lado da direita, interpretada como um marco importante no caminho do país para a democracia liberal.

Apesar das dúvidas publicamente expressas por vários setores acerca do porquê depois de 49 anos, se mobilizar esta memória através de uma a celebração solene na Assembleia da República do 25 de Novembro, a verdade é que existiam alguns sinais que poderiam prever a intensificação da procura por assinalar esta data, nomeadamente as mobilizações por parte dos partidos de direita junto dos meios locais, em especial destaque para a Câmara Municipal de Lisboa. Com o crescimento dos atores políticos que procuraram reavivar esta memória e celebrá-la, a visibilidade da mesma também cresceu. Culminando numa nova tendência de direita, onde novos atores definem as suas posições face a velhas e instauradas batalhas ideológicas.

Os cidadãos e as comemorações

A transição para a democracia portuguesa, os meses subsequentes ao 25 de Abril e todo o processo revolucionário constituíram um período de intensa atividade e mobilização popular, sem precedentes na história do país. A estrutura política fragmentava-se, com grandes divisões entre os partidos, que como podemos analisar na

secção anterior, perduram até aos dias de hoje. Assumimos que os partidos antecipam que esta data se mantém presente na memória coletiva e que os seus eleitores se identificam com a sua posição. Esse foi o ponto de partida para a análise dos dados de opinião pública disponibilizados no ano em a Assembleia da República acolheu as primeiras celebrações oficiais da data.

A análise dos dados da sondagem permite constatar que, de forma geral, a maioria dos cidadãos portugueses defende a celebração conjunta do 25 de Abril e do 25 de Novembro**,** sugerindo uma visão conciliadora sobre a memória da transição democrática.

No total, 56% dos inquiridos consideram que Portugal deve celebrar ambas as datas, enquanto 32% entende que apenas o 25 de Abril deve ser comemorado. As posições mais marginais, nomeadamente celebrar só o 25 de Novembro (2%) ou nenhuma das datas (4%), são residuais, o que indica um consenso alargado em torno da importância das comemorações. Um total de 6% dos inquiridos afirmou não saber ou não querer responder.

Com base na Figura 1, observa-se um padrão de moderação e convergência entre os três grupos ideológicos – esquerda, centro e direita – quanto às comemorações do 25 de Abril e do 25 de Novembro.

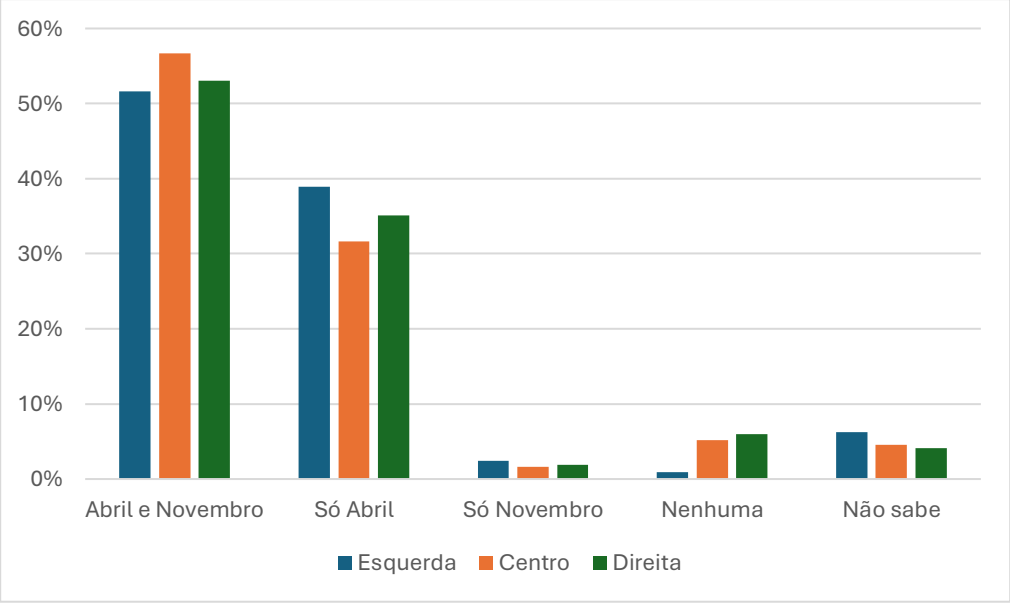


Figura 1. Atitudes face às comemorações por grupos ideológicos (autopocionamento)

Fonte: "Os Portugueses e o 25 de Abril" (ICS/ISCTE, 2024)

A opção dominante em todos os grupos é a de que *Portugal deve celebrar ambas as datas*, reunindo mais de metade dos inquiridos em cada campo ideológico: cerca de 51,6% à esquerda**,** 56,7% ao centro **e** 53% à direita. Esta maioria transversal indica uma visão conciliadora da memória democrática portuguesa, onde Abril e Novembro são vistos como partes complementares do mesmo processo histórico para os eleitores de todo o espetro político. Apesar de não ser estatisticamente significativa, a percentagem de inquiridos à esquerda que defende esta visão é ligeiramente menor.

A segunda resposta mais frequente, "*Portugal deve celebrar apenas o 25 de Abril*", concentra-se sobretudo à esquerda (38,9%)**,** refletindo uma maior identificação deste campo com a dimensão revolucionária de Abril e alguma reserva quanto à institucionalização de Novembro. Ainda assim, esta percentagem é inferior à dos que preferem celebrar as duas datas, o que demonstra ausência de rejeição generalizada face à nova comemoração mesmo entre a esquerda.

No centro e à direita, a opção "*só o 25 de Abril*" é menos expressiva **(**31,6% e 35,1%**,** respetivamente), reforçando a ideia de que a incorporação do 25 de Novembro é mais consensual nestes setores. As respostas minoritárias - "*só o 25 de Novembro*" e "*nenhuma das duas*" – não ultrapassam 6% em nenhum grupo, o que confirma o caráter marginal das posições exclusivistas que não identificam o 25 de Abril como uma data histórica cuja comemoração é inquestionável.

A análise realizada revela que, mesmo ao considerar o posicionamento ideológico da população, não se observam discrepâncias significativas entre os grandes grupos ideológicos no que respeita à celebração das datas. Esta constatação corrobora a tendência geral, previamente identificada, de uma maior recetividade da população a ambas as celebrações, cujos valores subjacentes parecem encontrar uma aceitação generalizada. Contudo, ao comparar o posicionamento dos cidadãos com o dos partidos, considerando o seu alinhamento ideológico, torna-se evidente que se trata de dois universos com comportamentos marcadamente distintos.

Apesar de se verificarem pequenas tendências que podem ser associadas ao comportamento dos partidos – como, por exemplo, a esquerda apresentar os valores mais elevados para a celebração exclusiva do 25 de Abril, em consonância com a postura partidária – estes não apresentam relevância estatística, para que se possa retirar conclusões de proximidade. Uma observação similar é notória no espectro da direita, onde as tendências, embora presentes, também não se revelam proeminentes.

Conclusão

Propôs-se na presente dissertação analisar a relação entre a memória política e a competição partidária na democracia portuguesa, focando-se na introdução do 25 de Novembro de 1975 como celebração oficial, na Assembleia da República. Os resultados obtidos— através da análise qualitativa dos comportamentos e intervenções dos partidos e da análise dos dados de opinião pública, sugerem uma notável divergência entre o posicionamento dos partidos políticos e as perceções do eleitorado, sugerindo que a dinâmica da memória junto dos cidadãos é mais matizada do que a narrativa partidária parece sugerir.

No que diz respeito à primeira questão de investigação e à Hipótese 1, onde defendemos que as visões dos partidos sobre o 25 de Novembro não se distribuiriam segundo uma clivagem esquerda-direita rígida devido à postura moderada e não mnemónica do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, a análise permite uma confirmação parcial, no sentido em que, efetivamente quanto à data do 25 de Novembro em concreto, o PS e o PSD tenderam historicamente a manter uma posição mais centrista, evitando a sua instrumentalização como uma bandeira identitária ou exclusiva. Contudo, estes partidos, quando confrontados com a necessidade de se posicionarem sobre a celebração da data, apresentam um alinhamento mais evidente com os respetivos campos ideológicos. Observou-se uma rejeição generalizada da celebração por parte da esquerda partidária, incluindo o PS, nuns casos por considerarem que a data não deve ser celebrada, noutros casos focando o formato da celebração. Em contraste, a direita partidária manifestou uma mobilização unânime em prol da celebração do 25 de Novembro, com o PSD, enquanto partido atualmente no governo e a liderar as primeiras cerimónias, mesmo não sendo o seu principal impulsionador ativo.

A análise dos dados da opinião pública leva-nos a concluir que as perceções sobre as comemorações não se organizam segundo uma clivagem esquerda–direita. A maioria dos inquiridos, independentemente do seu posicionamento ideológico, defende que Portugal deve celebrar tanto o 25 de Abril como o 25 de Novembro, revelando uma visão inclusiva e conciliadora da memória democrática. Nem a H2 nem a H3 parecem ter sustentação. No caso da H2, embora exista uma maioria de inquiridos que se auto-posiciona à direita e que expressa concordância com as comemorações do 25 de Novembro, quer em conjunto com as do 25 de Abril quer em exclusivo, há ainda uma percentagem não despicienda que considera que só se deve celebrar o 25 de Abril – uma

posição que não corresponde inteiramente ao discurso dominante dos partidos de direita no parlamento. No caso da H3, o facto de haver uma maioria de inquiridos à esquerda que também se mostra favorável às comemorações do 25 de Novembro, em conjunto ou isoladamente, contraria a posição dos partidos de esquerda, que se opuseram unanimemente à celebração oficial. Em suma, os resultados indicam que as divisões partidárias não se refletem diretamente nas perceções do eleitorado, sugerindo que a sociedade portuguesa adota uma leitura mais integradora do que os seus representantes políticos.

Este trabalho contribui assim, para o estudo da memória política em Portugal, ao procurar evidenciar a existência de um desalinhamento entre as elites partidárias e o eleitorado. A intensificação na mobilização da memória em torno do 25 de Novembro, em muito devido à entrada de novos partidos de direita no parlamento, convida a uma reflexão mais aprofundada sobre os verdadeiros objetivos subjacentes a esta mobilização. Sendo que a análise aqui realizada não encontra um reflexo direto e unívoco no eleitorado, da postura dos partidos, o propósito desta intensificação parece residir em outras possíveis alternativas, como a reafirmação de identidades partidárias ou mesmo a afirmação ideológica, num contexto de crescente competição pela atenção pública.

Para os novos partidos de direita, como o Iniciativa Liberal e o Chega, a apropriação do 25 de Novembro serve para construir uma nova identidade, ancorada em ideais anticomunistas e na defesa de uma democracia liberal, distanciando-se da moderação, que partidos como o PSD, tendem a exaltar. O 25 de Novembro, neste contexto, funciona como o ponto de ancoragem para a reativação de uma luta contra o que é percebido como a ameaça comunista, um discurso que, embora historicamente presente, ganha nova força e visibilidade. Para partidos como o CDS-PP, esta mobilização pode assumir os contornos de uma tentativa de recuperar relevância e visibilidade, reafirmando um legado histórico que sempre reivindicaram e procurando consolidar o seu espaço num campo ideológico agora mais fragmentado.

O momento em que esta mudança ocorre, coincide com uma conjuntura política favorável à direita, com o mapa político a registar um afastamento de uma hegemonia de esquerda e socialista.

Em última análise, se a mobilização do passado cumpre efetivamente sobretudo uma função estratégica e a ideia de uma reafirmação, então os partidos políticos podem não estar a refletir exatamente as visões do seu eleitorado. O que sugerimos então é que esta intensidade de mobilização, apesar do desalinhamento com a opinião pública, pode

estar associada também a uma aposta dos partidos na sua própria capacidade de moldar a perceção coletiva. Futuros dados de opinião pública e análises mais aprofundadas poderão vir a revelar ou não, uma evolução das atitudes, indicando que os eleitores poderão estar mais abertos a receber, mais do que a oferecer, sinais dos partidos sobre as narrativas de memória a adotar. A política da memória, neste cenário, emerge como um campo de batalha simbólico onde os partidos não apenas representam, mas ativamente procuram moldar a compreensão coletiva do passado para fins de legitimação e competição política no presente.

Em suma, concluímos que no ramo da memória da transição portuguesa, existem divisões e fragmentações, que atualmente ainda se manifestam. As alterações na configuração do parlamento, apenas intensificaram e reavivaram essas divisões. Resta para futuras investigações chegar à base de por um lado o que efetivamente motiva os partidos a mobilizar este tema, de forma afincada atualmente, e a forma como esta memória do passado é percecionada pela população.

Na elaboração desta dissertação, fui pessoalmente confrontada com a descontinuidade na transmissão do legado da memória portuguesa pelas gerações que me antecederam. Esta constatação, que se tornou uma motivação intrínseca para o presente estudo, posiciona-o como um início crucial para uma investigação mais aprofundada da memória da transição portuguesa, das complexidades inerentes à nossa história e dos mecanismos da sua transmissão e mobilização na atualidade.

Bibliografia e Fontes

Araújo, M. P. e Pinto, A. C. (org.) (2017). *Democratização, Memória e Justiça de transição nos Países Lusófonos*. Rio de Janeiro: Autografia.

Belchior, A. M., & Freire, A. (2013). Is party type relevant to an explanation of policy congruence? Catchall versus ideological parties in the Portuguese case, *International Political Science Review*. 34(3). 273-288.

Belchior, A. M., & Teixeira, C. P. (2023). Partidos e representação política, in Fernandes, J.M; Magalhães, P.C. & Pinto, A.C. (eds.). *O essencial da política portuguesa*. Lisboa: Tinta -da -China, 461-480.

Bermeo, N. G. (2003). *Ordinary people in extraordinary times: The citizenry and the breakdown of democracy*. Princeton University Press, 2-20.

Bernhard, M. e Kubik, J. (eds.) (2014). *Twenty years after communism. The politics of memory and commemoration*. Oxford: Oxford University Press.

Bruneau, T. C., & Macleod, A. (1986). *Politics in contemporary Portugal: Parties and the consolidation of democracy*. Lynne Rienner Publishers.

Cancela, J. e Magalhães, P. (2020). As bases sociais dos partidos portugueses. In Branco, R. e Fernandes. T. (org.) *45 anos de democracia em Portugal*. Lisboa: Assembleia da República, 99-125.

Colombo, F. (2025). Collective Memory and the Stigmatization of Authoritarian Nostalgia: Evidence from Italy. *Political Behavior*, https://doi.org/10.1007/s11109-025-10032-8

Cruzeiro, M. M. (2014). O 25 de Abril de 1974: Memória da Revolução e Revolução da Memória. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, *2*(1). 25-34.

Fernandes, T. (2015). Rethinking pathways to democracy: civil society in Portugal and Spain, 1960s–2000s. *Democratization* 22(6). 1074-1104.

Fernandes, T. (2024). *Portugal 1974-1975- Revolução, Contrarrevolução e Democracia*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Fishman, R. M. (2011). Democratic practice after the revolution: the case of Portugal and beyond. *Politics & Society*, *39*(2). 233-267.

Fishman, R. M. (2023). From problematic laggard to star of the south? The comparative significance of the Portuguese case. *in* Fernandes, J.M; Magalhães, P.C. & Pinto,

A.C. (eds.). *The Oxford Handbook of Portuguese Politics*, Oxford University Press.

Freire, A. (2021). Esquerdas desavindas em Portugal: um legado da transição democrática, in Raimundo, F. e Cancela, J. (org.). *As eleições de 1975: eleições fundadoras da democracia portuguesa*, Lisboa: Assembleia da República.

Gunther, R., & Cabral, R. (2002). A democracia portuguesa em perspectiva comparada. *Análise Social*, 91-119.

Haggard, S., & Kaufman, R. (2021). *Backsliding: Democratic Regress in the Contemporary World*. Cambridge University Press.

Huntington, S. P. (1991). Democracy's Third Wave, *Journal of Democracy*, *2*(2). 12–34.

Langenohl, A. (2008). Memory in Post-Authoritarian Societies. *in* Eril, A. & Nunning, A. (org.). *Cultural Memory Studies: An International and Interdisciplinary Handbook*, De Gruyter, https://doi.org/10.1515/9783110207262

Lobo, M.C. (2016). Bringing the Past Back in: How Attitudes towards the Democratic Transition Influence the Portuguese Voter. *South European Society and Politics*. 21(2), 181-196.

Magalhães, P. et al. (2024): As atitudes dos portugueses em relação ao 25 de Abril de 1974, 2024. Arquivo Português de Informação Social, Lisboa. APIS0102, http://hdl.handle.net/10400.20/2122

Manucci, L., & Van Hauwaert, S. M. (2025). Authoritarian nostalgia and support for (populist radical) right parties. *European Journal of Political Research*, 1–19. doi:10.1017/S1475676525100108

Meyer, E. (2008). Memory and Politics. *in* Eril, A. & Nunning, A. (org.). *Cultural Memory Studies: An International and Interdisciplinary Handbook*, De Gruyter, https://doi.org/10.1515/9783110207262

O 25 de Abril - Comissão Comemorativa 50 Anos 25 Abril. (s.d.). Comissão Comemorativa 50 Anos 25 Abril. https://50anos25abril.pt/o-25-de-abril/

Palacios Cerezales, D. (2003). *O poder caiu na rua: crise de Estado e acções colectivas na revolução portuguesa 1974-1975*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Pinto, A. C. (2008). The Legacy of the Authoritarian Past in Portugal's Democratisation, 1974–6. *Totalitarian Movements and Political Religions*, 9:2-3, 265-291.

Pinto, A. C., & Paris, A. (2023). Democratization and Its Legacies. in Fernandes, J.M; Magalhães, P.C. & Pinto, A.C. (eds.). *The Oxford Handbook of Portuguese Politics*, Oxford University Press.

Raimundo, F. (2023). Dealing with the Authoritharian Past. In Fernandes, J.M; Magalhães, P.C. & Pinto, A.C. (eds.). *The Oxford Handbook of Portuguese Politics*, Oxford University Press.

Raimundo, F., & Generoso de Almeida, C. (2019). The Legacy of the Portuguese Transition to Democracy: April-Warriors Versus November-Warriors. In M. Elena Cavallaro & Kornetis, K. (Eds.). *Rethinking Democratisation in Spain, Greece and Portugal* (pp. 45–69). Palgrave/ Macmillan.

Raimundo, F., Dias, A. L. (2020). Guerreiros mnemónicos. Os partidos políticos e a memória da transição portuguesa durante as celebrações oficiais do 25 de Abril. Em Fernandes, T. e Branco, R. (org.) *45 anos de democracia em Portugal*. Lisboa: Assembleia da República

Ramalho, D. F. (2015). *Comemorações do 25 de Abril: política e memória* (1975-1986). Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Departamento de História, Lisboa, FLUL/Universidade de Lisboa.

Traverso, E. (2012). *O passado, modos de usar*. Lisboa: Edições Unipop.

Valentim, V. (2024). *O Fim da Vergonha. Como a Direita Radical se Normalizou*. Lisboa: Gradiva.

Notícias consultadas:

Antena 1- 22 de novembro de 2024- " "Geometria Variável": as comemorações do 25 de Novembro"

CNN- 23 Novembro 2024- "25 Novembro: Oposição interna do BE critica participação de partido nas comemorações"

Diário de Notícias- 25 de Novembro de 2019- "44 anos depois, o 25 de Novembro continua a suscitar polémica"

Diário de Notícias- 06 de maio 2024- "Chega propõe instituir feriado nacional no dia 25 de Novembro"

Diário de Notícias- 11 de junho de 2024- "Direita aprova: 25 de Novembro vai ser assinalado todos os anos no Parlamento"

Diário de Notícias- 25 de Novembro de 2024- "Pedro Nuno Santos: "A direita tentou apropriar-se de uma data para a qual fez pouco ou mesmo nada"

Expresso-11 de outubro de 2023- "Sob acusações da direita, Santos Silva defende-se e espera que PS comemore o 25 de Novembro"

Expresso- 25 de Novembro de 2023-"PS em Lisboa acusa coligação na CML de fazer" operação de marketing" com 25 de Novembro"

Jornal Económico- 22 de novembro de 2019- "Parlamento aprova saudação do 25 de Novembro com críticas à esquerda"

Jornal I- 25 de Novembro de 2021- "25 Novembro. Deve ou não o Estado celebrar a data?"

Notícias ao Minuto- 22 de outubro de 2024- "IL "satisfeita com a decisão do Parlamento de assinalar o 25 de Novembro"

Observador-12 de outubro de 2023- "50 anos de 25 de Abril: Chega quer assinalar 25 de Novembro com cerimónia no parlamento"

Observador- 11 junho 2024- "Direita unida no 25 de Novembro, mas não em tudo. Data vai passar a ter sessão solene, mas feriado acabou chumbado"

Observador- 25 de Novembro de 2024- "25 de Novembro. Ministro da Defesa enaltece papel dos comandos que estiveram "do lado certo da História"

Público- 04 de novembro de 2015- "PSD e CDS propõem evocação do 25 de Novembro no Parlamento"

Público- 17 de novembro de 2015- "PSD e CDS entregam proposta para Parlamento evocar 25 de Novembro de 1975"

Público- 24 de Novembro de 2022- "25 de Novembro: 47 anos depois a data persiste simultaneamente fracturante e consensual"

Público- 09 de outubro de 2023- "Santos Silva e PSD em choque sobre "consenso" na não comemoração do 25 de Novembro"

Público- 1 de abril de 2024- "IL, Chega e CDS querem incluir 25 de Novembro nas celebrações dos 50 anos de Abril"

Público- 11 de junho de 2024- "Parlamento vai comemorar anualmente o 25 de Novembro de 1975"

Renascença-22 de novembro de 2019- ""25 de Novembro sempre". Iniciativa Liberal divulga cartaz contra "cobardia histórica"

Renascença- 20 de março de 2022- "Pedro Adão e Silva: 25 de Novembro foi marcante mas divide e diz pouco à sociedade"

Renascença- 20 de novembro de 2024- "Bloco de Esquerda leva apenas um deputado à sessão solene do 25 de Novembro"

Renascença- 25 de Novembro de 2024- ""Desvalorização do 25 de Abril". A visão da esquerda sobre as comemorações do 25 de Novembro"

RTP Online- 25 de Novembro de 2019- “André Ventura do Chega destaca o assinalar do 25 de Novembro”

SIC Notícias- 25 de Novembro de 2015- “Passos e Portas em sessão sobre 25 de Novembro no parlamento”

SIC Notícias- 24 de novembro de 2023- “PS exige remoção dos cartazes do 25 de Novembro de 1975 "em nome da verdade e do rigor"”

SIC Notícias- 25 de Novembro de 2023- "Celebrar o 25 de Novembro porque todas as datas contam"

SIC Notícias- 12 de junho de 2024- “Nuno Melo considera "histórica" a deliberação para comemorar anualmente o 25 de Novembro”

SIC Notícias- 20 de novembro de 2024- Faz sentido comemorar o 25 de Novembro no mesmo modelo do 25 de Abril?

Visão-28 de novembro de 2024-“Loures: Ricardo Leão assina com o Chega e o PSD uma moção sobre o 25 de Novembro”

Anexos

Anexo1- Tabela de Iniciativas apresentadas na Assembleia da República.

Data	Partido	Nome da Iniciativa
2000	CDS-PP	Projeto de Resolução 84/VIII/2- Atribuição de condecorações a propósito do 25 de Novembro
2000	CDS-PP	Projeto de Resolução 83/VIII/2- Comemorações e atribuição de condecorações a propósito do 25 de Novembro
2005	CDS-PP	Projeto de Deliberação 6/X/1- Sessão solene evocativa dos 30 anos do dia 25 de Novembro.
2009	CDS-PP	Projeto de Resolução 548/X/4- Atribuição de condecorações a propósito do 25 de Novembro.
2009	CDS-PP	Voto 10/XI (1.ª) - de congratulação pelo 34º Aniversário do 25 de Novembro
2015	CDS-PP/ PSD	Voto n.º 7/XIII (1.ª) — De saudação pelos 40 anos do 25 de Novembro
2016	PS	Voto de saudação n.º162/XIII- À consolidação da Democracia em Portugal
2016	CDS-PP	Voto n.º 160/XIII (2.ª) — De saudação pelo 41.º aniversário do 25 de Novembro
2017	CDS-PP	Voto n.º 434/XIII/3.ª de saudação pelo 42.º aniversário do 25 de Novembro
2018	CDS-PP / PSD	Voto de Saudação N.º 664/XIII/4ª pelo 43º aniversário do 25 de Novembro
2018	PS	Projeto de Voto 671/XIII/4- De saudação à construção da Democracia em Portugal;
2019	CDS-PP	Projeto de Resolução N.º 70/XIV/1.ª- Recomenda ao Governo que proponha ao Sr. Presidente da República a atribuição da Ordem da Liberdade às personalidades que contribuíram decisivamente para o triunfo da democracia e da liberdade a 25 de Novembro de 1975
2019	CH	Projeto de Resolução 45/XIV/1- Pela instauração da celebração solene do 25 de Novembro
2019	CDS-PP	Projeto de Voto 41/XIV/1- De saudação pelo 44.º Aniversário do 25 de Novembro
2022	CH	Projeto de Resolução 60/XV/1- Pela instauração da celebração solene do 25 de Novembro
2024	CDS-PP	Projeto de Deliberação n.º4/XVI/1.ª—Sessão evocativa do dia 25 de Novembro

2024	CH	Projeto de Lei n.º98/XVI/1.ª —Pela instituição do 25 de Novembro como feriado nacional
2024	IL	Projeto de Deliberação n.º3/XVI/1.ª —Recomenda à Assembleia da República que realize uma sessão evocativa do cinquentenário do 25 de Novembro no âmbito das celebrações do cinquentenário do 25 de Abril

Fonte: www.parlamento.pt